

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
Campus Ouro Preto

Maria Ângela Fortes da Silva Santos

**NÚCLEO HISTÓRICO DE SÃO BARTOLOMEU: ESTUDO DOS
IMPACTOS OCORRIDOS A PARTIR DO RECONHECIMENTO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL**

Ouro Preto
2017

Maria Ângela Fortes da Silva Santos

**NÚCLEO HISTÓRICO DE SÃO BARTOLOMEU: ESTUDO DOS
IMPACTOS OCORRIDOS A PARTIR DO RECONHECIMENTO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL**

Monografia apresentada aos Professores do
Curso Superior de Tecnologia em
Conservação e Restauro - IFMG Campus Ouro
Preto, Minas Gerais como requisito parcial
para obtenção do título de Tecnóloga em
Conservação e Restauro de Imóveis.

Orientador: Alex Fernandes Bohrer

Ouro Preto
2017

MARIA ÂNGELA FORTES DA SILVA SANTOS

**NÚCLEO HISTÓRICO DE SÃO BARTOLOMEU: ESTUDO DOS
IMPACTOS OCORRIDOS A PARTIR DO RECONHECIMENTO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL**

Trabalho de conclusão de curso submetido à banca examinadora designada pela Diretoria de Pesquisa, Graduação e Pós-graduação do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Conservação e Restauro de Bens Imóveis.

Aprovada em 18 de Setembro de 2017 por:

Prof. Alex Fernandes Bohrer - Orientador

Prof. Paola de Macedo Gomes Dias Villas Bôas

Jussara Duarte Soares

Dedico este trabalho aos meus filhos, Vanessa e Vinícius que, a todo momento, me incentivaram a prosseguir e nunca me permitiram esmorecer. Quando a caminhada se apresentava árdua, ali estavam eles a me puxar pelas mãos e sempre a dizer: Você chegou até aqui, não vai desistir!

AGRADECIMENTOS

A Deus e ao meu santo de devoção, São Bartolomeu, que estão sempre presentes nos momentos felizes e difíceis de minha vida.

Ao meu orientador professor Alex Fernandes Bohrer que muito me auxiliou na conclusão deste trabalho.

A Prof^a Jussara Duarte Soares e Prof. Paola de Macedo Gomes Dias Villas Bôas pela contribuição dada ao meu trabalho.

Aos demais professores que sempre me trataram com carinho, atenção e respeito.

Aos queridos colegas que fizeram meus dias mais felizes. Foi muito bom ter convivido com vocês.

Aos moradores de São Bartolomeu que me acolheram com muita simpatia e generosidade.

RESUMO

Reconhecer a importância de um Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural de uma determinada localidade implica em salvaguardar a história, a memória, os costumes, as crenças, a cultura, a arquitetura, a identidade, enfim: o modo de viver de um povo.

O patrimônio cultural ao longo dos tempos foi sofrendo interferências múltiplas e assim foi desenhando a sua trajetória. A sua proteção é dever de toda esfera governamental e de todo e qualquer cidadão que têm à disposição os Instrumentos Administrativos e Judiciais para a promoção da salvaguarda do patrimônio cultural.

Esta pesquisa analisa os impactos causados a partir do tombamento do Núcleo Histórico de São Bartolomeu e foi norteadada pela pergunta: Quais são os efeitos ocorridos a partir do Tombamento do Conjunto Urbano-Arquitetônico do Distrito de São Bartolomeu?

O Núcleo Histórico de São Bartolomeu contempla tanto o patrimônio material quanto o imaterial, por ser um dos distritos de Ouro Preto que possui uma arquitetura harmônica e bem preservada dos séculos XVIII e XIX, assim como, mantém os tradicionais festejos, tendo como exemplo: A Festa do Divino e São Bartolomeu, a Festa de Nossa Senhora das Mercês, A Festa da Goiabada, entre outras.

Palavras Chave: Patrimônio, Tombamento, Instrumentos de Proteção, Percepção da População.

ABSTRACT

Recognizing the importance of a Historical, Architectural and Cultural Heritage of a certain locality implies safeguarding history, memory, customs, beliefs, culture, architecture, identity, in short: the way of living of a people.

The cultural patrimony over time was suffering multiple interferences and so was drawing its trajectory. Their protection is the duty of every governmental sphere and of every citizen who has at their disposal the Administrative and Judicial Instruments for the promotion of the safeguarding of Cultural Heritage.

This research analyzes the impacts caused by the collapse of the Historical Center of São Bartolomeu and was guided by the question: What are the effects of the Tumbamento of the Urban-Architectural Complex of the District of São Bartolomeu?

The Historical Center of St. Bartholomew contemplates both material and immaterial patrimony, being one of the districts of Ouro Preto that has a harmonic and well preserved architecture of the XVIII and XIX centuries, as well as, it maintains the traditional festivities, having as example: A Feast of the Divine and Saint Bartholomew, the Feast of Our Lady of Mercy, the Feast of the Goiabada, among others.

Keywords: Patrimony, Tumbing, Instruments of Protection, Population Perception.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Igreja Matriz de São Bartolomeu	26
Figura 02 - Sino de madeira.....	27
Figura 03 - Interior da Igreja Matriz de São Bartolomeu.....	27
Figura 04 - Igreja de Nossa Senhora das Mercês.....	28
Figura 05 - Oratório de Madeira.....	30
Figura 06 - Pequeno Oratório.....	30
Figura 07 - Oratório da casa de frente da Matriz.....	30
Figura 08 - Imagem de São Bartolomeu.....	30
Figura 09 - Cópia de Inscrição no Livro de Registro do Município.....	31
Figura 10 - Igreja Matriz de São Bartolomeu e Rua Enfeitadas para o cortejo.....	31
Figura 11- Café Comunitário na Casa da Festa de São Bartolomeu.....	32
Figura 12 - Toque da Folia na casa de Lídia Fernandes Fortes.....	33
Figura 13 - Império do Divino Espírito Santo em São Bartolomeu.....	34
Figura 14 - Império do Divino Espírito Santo em São Bartolomeu.....	34
Figura 15 - Império do Divino Espírito Santo em São Bartolomeu.....	34
Figura 16 - Comunidade e Visitantes Almoçando na Casa da Festa.....	35
Figura 17 - Missa realizada Gruta de São Bartolomeu em sábado festivo.....	36
Figura 18 - Tourada realizada em São Bartolomeu - 1961.....	37
Figura 19 - Comitiva da Tourada Realizada em São Bartolomeu -1961.....	37
Figura 20 - Imagem Nossa Senhora das Mercês no Andor.....	38
Figura 21 - Tradicional Doce de Goiabada de São Bartolomeu.....	40
Figura 22 - Selo de Patrimônio Imaterial de Ouro Preto.....	41
Figura 23 - Cachoeira Dentro da Floresta Uaimii.....	42
Figura 24 - Casa Necessitando de Restauração Urgente.....	54
Figura 25 - Fundo das Casas da Rua do Carmo/Rua da Praia.....	56
Figura 26 - Vista Parcial do Araial.....	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Perfil dos Entrevistados.....	44
Gráfico 02 – Opinião dos moradores sobre o Patrimônio Arquitetônico existente no Núcleo Histórico.....	45
Gráfico 03 – O tombamento do Núcleo Histórico de São Bartolomeu teve uma boa aceitação por parte da população?	46
Gráfico 04 – Você conhece a área delimitada como perímetro de tombamento do Núcleo Histórico de São Bartolomeu?.....	47
Gráfico 05 – A Prefeitura Municipal de Ouro Preto está sempre presente no distrito, levantando as condições físicas dos imóveis e fornecendo apoio?.....	48
Gráfico 06 – O IPHAN.....	49
Gráfico 07 – A seu ver, todos os moradores possuem a consciência da importância da preservação do estilo arquitetônico aqui presente?.....	50
Gráfico 08 – O que a população tem feito para manter as festividades culturais “vivas”?.....	51
Gráfico 09 – O mercado imobiliário está em pleno crescimento no distrito. Como a população vem lidando com esta situação? Vocês tem deixado transparecer aos novos moradores a importância da preservação dos bens culturais?.....	52
Gráfico 10 - A seu ver, o poder público está atento ao crescimento de construções? Eles têm promovido palestras fornecendo noções sobre os métodos construtivos de edificações, a fim de não descaracterizar o conjunto arquitetônico local.....	53

LISTA DE ABREVIACÕES

ADAF - Associação dos Doceiros e Agricultores Familiares de São Bartolomeu

COMPATRI – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto

DPI - Departamento do Patrimônio Imaterial

FEU - Floresta Estadual do Uaimii

INDL - Inventário Nacional de Diversidade Linguística

INRC - Inventário Nacional de Referência Cultural

IEF - Instituto Estadual de Florestas

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MME – Ministério de Minas e Energia

PMOP – Prefeitura Municipal de Ouro Preto

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

UFF - Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 - Patrimônio e seus desdobramentos	12
1.1 - Instrumentos Legais de Proteção ao Patrimônio Cultural	17
1.1.1 – O tombamento como instrumento de proteção.....	18
1.1.2 – O inventário.....	20
1.1.3 – O registro.....	20
2 - PATRIMONIALIZAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE SÃO	
BARTOLOMEU	23
2.1 - Histórico do Distrito de São Bartolomeu	23
2.2 - O Processo de Tombamento	25
2.3 - O Patrimônio Cultural do Distrito de São Bartolomeu:	26
2.3.1- Igreja Matriz de São Bartolomeu.....	26
2.3.2 - Igreja Nossa Senhora das Mercês.....	27
2.3.3 - Núcleo Arquitetônico.....	29
2.3.4 - Festa do Padroeiro e Divino Espírito Santo.....	30
2.3.5 - Festa de Nossa Senhora das Mercês.....	38
2.3.6 - Produção de Doces Artesanais e Festa da Goiaba.....	39
2.4 – Patrimônio Natural	41
2.4.1 - Floresta Estadual do Uaimii.....	41
3 - A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O TOMBAMENTO	
DO NÚCLEO HISTÓRICO DE SÃO BARTOLOMEU	43
3.1 - Aplicação do Questionário	43
3.2 - Análise de Dados	44
3.3 - Consequências do Tombamento sob o Prisma do Questionário	54
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
ANEXO - Parecer Técnico de Tombamento	62
APÊNDICE – Questionário	66

INTRODUÇÃO

São Bartolomeu, distrito de Ouro Preto, durante os levantamentos realizados pelo COMPATRI para a elaboração do Dossiê de Tombamento do Patrimônio Cultural ali existente, foi considerado como sendo um distrito que possuía um conjunto arquitetônico bem preservado e que vinha mantendo as festividades religiosas aos moldes de seus antepassados. Portanto, ao final dos trabalhos, como reconhecimento da importância histórica, cultural e pela preservação do conjunto arquitetônico, recebeu a titulação de “Núcleo Histórico de São Bartolomeu, tombado sob o Decreto nº 456 de 08 de fevereiro de 2007”.

Em fevereiro de 2017, completou uma década da titulação de tombamento, tempo suficiente para uma análise das consequências oriundas desta titulação. Portanto, este trabalho tem como objetivos: Analisar os impactos ocorridos a partir do reconhecimento Patrimonial Histórico, Arquitetônico e Cultural do Distrito de São Bartolomeu; analisar se o tombamento por si só tem resolvido as questões de preservação; levantar qual é a visão da população local sobre a importância da preservação do Patrimônio; verificar a relação da comunidade com a IPHAN e COMPATRI; analisar se a arquitetura local vem sofrendo alguma alteração, tendo como base de comparação os levantamentos e mapeamentos realizados pela Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Humano da PMOP para a proposição do tombamento.

Neste trabalho foram levados em conta os instrumentos legais de preservação, o processo de tombamento do Núcleo Histórico, a história do distrito e dos bens culturais.

Para desenvolvimento deste estudo, foram realizadas pesquisas de cunho descritivo, bibliográfico, documental, assim como, questionário com abordagens qualitativas.

Foram entrevistados “moradores locais” e “moradores de finais de semana” que possuem residência dentro da área delimitada pelo tombamento.

1 - Patrimônio e Seus Desdobramentos

A palavra “patrimônio” vem do latim *patrimonium* que significa herança familiar, bens familiares ou bens materiais que pertencem a uma pessoa ou instituição.

Os bens materiais poderão permanecer por muitos anos, dependendo das condições de conservação a que estiverem submetidos. Da mesma forma o patrimônio imaterial, dependendo de como é transmitido, representa um valor comum e será repassado de pai para filho, de geração a geração, “vislumbrados não segundo o valor pecuniário, mas em sua condição de bens a transmitir” (POULOT, 2009).

De acordo com Marcia Chuva¹, a noção de patrimônio está presente na história e é uma construção humana. Surgiu através das práticas voltadas para os laços de identidade de determinados grupos e para afirmação destes.

Segundo a autora, a ideia de patrimônio estabelecida no início do Cristianismo, é o início da valorização do vestígio material, a partir do momento que começam as preocupações com guardar, testemunhar sinais e traços da Identidade de novo grupo – os cristãos. A partir de então, surgem as relíquias, os santos, os tesouros nas igrejas e nos mosteiros.

Outro período da História que marcou profundamente a construção da ideia de Patrimônio Cultural foi durante a Revolução Francesa, período que marca o fim da Idade Moderna. Esse foi um movimento social e político ocorrido na França em 1789, contra a opressão do absolutismo e acabou por derrubar o Antigo Regime abriu caminho para uma sociedade moderna e conseqüentemente a criação do Estado democrático.

A Revolução Francesa influenciou várias partes do mundo, com seus ideais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

Para Dominique Poulot, a Revolução não teria sido apenas a vontade de se desligar do passado feudal com a destruição de seus signos, mas seria também “uma inflexão importante da inscrição memorial” da coletividade, ou seja, a memória coletiva deixou de ser valorizada.

Dessa forma, este período se torna o mais importante para a reflexão e a proteção do patrimônio, pois vários bens foram danificados, igrejas incendiadas, estátuas derrubadas ou decapitadas e castelos foram saqueados. O vandalismo foi posto a prática o que trouxe

¹ **Márcia Chuva- Patrimônio material e memória da nação.** (2005) Historiadora do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

preocupação e desta forma tiveram início os trabalhos de organização do patrimônio como fonte de estudo e provas científicas de uma formação de identidade nacional.

Romper com o passado não significa abolir sua memória nem destruir seus monumentos, mas conservar tanto uma quanto outros, num movimento dialético que, de forma simultânea, assume e ultrapassa seu sentido histórico original, integrando-o a um novo estrato semântico. (CHOAY, 2001:113)

A Revolução Industrial veio consolidar ainda mais o distanciamento do novo com o antigo. Esta fase é um divisor de águas na história, com mudanças em quase todos os aspectos da vida humana. As pessoas passaram a experimentar uma nova época, sem precedentes históricos.

Várias teorias surgiram para conceituar a preservação e restauração dos monumentos históricos. Uma delas é a teoria do arquiteto francês Eugène Viollet-Le-Duc (1814 – 1879), que propôs a pureza de estilo a partir da reconstrução estilística, mesmo que para isso, desconsiderasse a historicidade da edificação. Para Le Duc “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode ou não ter existido nunca em dado momento” (LE DUC, 2000, p. 27). Para ele, o arquiteto deveria intervir na edificação de modo que ela ficasse mais fiel possível ao seu estilo, mesmo que esse estilo original nunca tenha existido. Era importante restituir e reconstruir melhorando os defeitos e sempre na busca de um ideal. Portanto, era importante o conhecimento acerca das técnicas antigas, porém, para a realização da obra seriam aplicadas técnicas modernas de construção.

John Ruskin (1818-1900), teórico inglês que faz duras críticas a Le Duc. Ruskin propunha que um edifício deveria ficar intacto, seguindo o curso da vida, o estudioso também criticou qualquer alteração posterior da edificação, pois para ele qualquer acréscimo feito na edificação seria uma mentira arquitetônica e que para a preservação da edificação era indicado a conservação e não o restauro.

Mediando as teorias de Ruskin Le Duc, Boito (1836–1914) afirma ser importante haver um equilíbrio entre as ideias destes teóricos. Para ele, a manutenção constante é importante para a conservação do edifício, mas a realização de um restauro, seria a última opção. Sobre as adições realizadas ao longo do tempo elas fazem parte do edifício, de uma forma ou outra, relatam sua história, deste modo elas devem ser mantidas. Durante o processo de intervenção qualquer alteração ou acréscimo deveria ser realizado com materiais diferentes do original a fim de que fosse possível identificar o que é acréscimo e o que é original, essas alterações além de serem perceptíveis, deveriam ser registradas.

Sobre o entorno do patrimônio histórico, Giovannoni (1873 – 1947), tomando como base as teorias de Camilo Boito, destaca o urbanismo do entorno do bem. Para ele o entorno do patrimônio histórico deveria ser preservado de modo a haver uma interação entre esse e os novos edifícios.

As Cartas Patrimoniais são documentos contendo desde conceitos até medidas de ações administrativas visando à preservação de bens, planos de conservação, manutenção e restauro do patrimônio, seja o patrimônio, histórico, artístico ou cultural.

O IPHAN(2017) relaciona a existência de 44 Cartas Patrimoniais que são constantemente complementadas, elaboradas por especialistas e organismos que trabalham com o patrimônio cultural.

A Carta de Atenas, elaborada em 1931, no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, foi a primeira das Cartas Patrimoniais.

A principal preocupação que se percebe na Carta de Atenas, principalmente na do ano de 1933, é em relação a arquitetura devido ao grande crescimento urbano que ocorria na época. Portanto, pôde-se verificar dois segmentos diferentes: os arquitetos voltados designadamente à ação de conservação do Patrimônio Arquitetônico e Urbano e dos voltados às propostas de inovação do chamado Movimento Moderno.

O Movimento Moderno, ocorrido na primeira metade do século XX impulsionou o determinismo e confiança dos arquitetos da época, que foram em busca de novas tecnologias e atentando as necessidades da população em geral.

O principal objetivo da Carta de 1931 é incluir na pauta as principais preocupações naquele período: os aspectos legais, os técnico-construtivos e os princípios norteadores da ação de conservação. A carta reforça a necessidade de concepção e fortalecimento de organizações nacionais e internacionais sobre a preservação e restauro do patrimônio.

A Carta de 1933 estabelece a visão do “Urbanismo Racionalista”, os principais aspectos debatidos: a necessidade de planejamento regional e infra-urbano; a implantação do zoneamento, através da separação de usos em zonas distintas, de modo a evitar o conflito de usos incompatíveis; a submissão da propriedade privada do solo urbano aos interesses coletivos; a verticalização dos edifícios situados em amplas áreas verdes, a industrialização dos componentes e a padronização das construções.

Diane Ghirard², em seu livro *Architecture. After Modernism*, discorre sobre o assunto:

“Embora marcadas por ênfases diferentes – de um lado, o determinismo tecnológico e, de outro, a ideia de auto-expressão estética – as idéias de muitos arquitetos modernistas mantiveram, como constante básica, a crença no poder da forma para transformar o mundo, ainda que geralmente vinculada a alguns objetivos amplos e vagos de reforma social. (...) Esses pressupostos constituíam o embasamento ideológico dos projetos urbanos de Le Corbusier para Paris, Marselha, e norte da África, mas também seus projetos menores de residências particulares, como a vila Savoye.” (GHIRARD,2002, p.04)

O século XX, principalmente após a II Guerra Mundial, período marcado pela destruição de inúmeros monumentos arquitetônicos e históricos, transformou-se a forma de compreender o patrimônio e as possibilidades de intervenção.

Uma nova corrente teórica proposta por Cesare Brandi, propõe que: “A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo. (BRANDI, 2000, p. 33)”.

Para Brandi, uma obra de arte não depende exclusivamente do material que a compõe, pois este mesmo material pode ser empregado em outra situação simplesmente como uma matéria prima dependendo de sua trajetória histórica. Uma pedra de mármore, não trabalhada, tem valor distinto ao de uma escultura, pelo simples fato que essa última, agrega valores culturais e históricos que a tornam mais que simples matéria.

Cesare Brandi fixa dois axiomas que norteariam o trabalho de conservação e restauro.

(BRANDI, 1977, p. 7-8): Deve-se restaurar apenas a matéria da obra de arte, o veículo que contém a imagem; o restauro deve tomar como alvo o restabelecimento de uma unidade potencial da obra, desde que isto seja possível sem que se cometa um falso artístico ou histórico e sem cancelar os sinais da passagem do tempo.

No Brasil, as primeiras preocupações preservacionistas tiveram início com a evasão de obras de arte para o estrangeiro, nas primeiras décadas do século XX.

Na década de 1930, Ouro Preto é declarada monumento nacional em reconhecimento ao seu rico passado histórico e pelo seu importante Patrimônio Edificado, estas atitudes preservacionistas alcançaram bons resultados e deram um novo impulso à ideia de Patrimônio.

² Em *Arquitetura Contemporânea, uma historia concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002,p.4

A Constituição Federal de 1988, marco para a atualização da Política de Preservação do Patrimônio do País, além de estender o conceito de patrimônio, instituiu responsabilidades de preservação, efetivando os instrumentos de proteção ao Patrimônio Cultural, atribuindo competências comuns à União, Estados e Municípios, bem como, aponta a responsabilidade da comunidade em relação ao apoio a política de preservação.

A Constituição Federal de 1988 conceitua Patrimônio Cultural como:

Art. 216. Constitui Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

De acordo com o portal do IPHAN, o patrimônio material que é protegido por este mesmo órgão, é composto pelo conjunto de bens culturais classificados segundo a sua natureza, de acordo com os quatro livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e o etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas.

Outro documento que veio consolidar ainda mais a importância do patrimônio material foi a Constituição Federal de 1988, que em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de Patrimônio Cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

De acordo como descreve o IPHAN, é considerado Patrimônio Material:

Os imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Sobre o patrimônio imaterial, o IPHAN, diz em respeito às práticas e domínios da vida social: saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Quanto ao patrimônio imaterial, a constituição Federal de 1988 contribui com a diretriz de que os bens culturais que sejam referência dos diferentes grupos formadores da

sociedade brasileira, também, devem ser preservados pelo Estado em parceria com a sociedade. Este patrimônio é transmitido de geração em geração, é constantemente recriado em função do seu ambiente, da natureza e sua história.

Em 2000, após estudos coordenados pelo IPHAN para a criação de instrumentos destinados ao reconhecimento e preservação dos bens imateriais, foi criado o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, instituindo o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, bem como, criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e ainda consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR).

A UNESCO, durante a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, definiu o patrimônio imaterial como sendo:

"As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu Patrimônio Cultural”.

A Convenção, aprovada em 17 de Outubro de 2003, tem como finalidade: a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial; o respeito do patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos; a sensibilização a nível local, nacional e internacional para a importância do patrimônio cultural imaterial e da sua apreciação recíproca; a cooperação e assistência internacionais. No Brasil, a Convenção da UNESCO foi validada em março de 2006.

Já em 2004, segundo o IPHAN, este instituto começou a implementar uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI).

Em 2010 foi instituído o Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL) através do Decreto nº 7.387 de 09 de dezembro de 2010, tendo como finalidade: o reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

1.1 - Instrumentos Legais de Proteção ao Patrimônio Cultural

A Constituição Federal em seu “Art. 216. § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o Patrimônio Cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de

acautelamento e preservação.” dispõe à sociedade outros meios de proteção ao Patrimônio Cultural, tais como: legislação urbanística, os incentivos fiscais, a ação civil pública, a ação popular, o mandado de segurança, a educação patrimonial, etc. (Miranda, 2006, p.101).

A Prefeitura Municipal de Ouro Preto ainda conta com as leis: Lei de Nº. 534 de 14 de dezembro de 2009 que regulamenta o art. 58 da Lei Complementar nº. 29, de 28 de dezembro de 2006, estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto, definindo as condições e os procedimentos para a regularização de imóveis construídos em desconformidade com as normas de uso e ocupação do solo; a Lei Complementar Nº 29 de 28 de dezembro de 2006 que estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto; o Decreto Lei 3.866/41 - Dispõe sobre o Cancelamento de Tombamento de bens do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; a Lei 6.292/75 - Dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); a Lei 10.413/02 – Determina o tombamento dos bem culturais das empresas incluídas no programa nacional de desestatização; o Estatuto das Cidades e a Lei 10.257/2001.

Neste trabalho terão destaque os conceitos dos seguintes instrumentos: Tombamento, Inventário e Registro que são os três instrumentos de proteção que o distrito de São Bartolomeu contém até a presente data, dentro do Núcleo Histórico de São Bartolomeu.

1.1.1– O Tombamento como Instrumento de Proteção

O tombamento é o principal meio de proteção. É o instrumento legal necessário à preservação especial do patrimônio cultural material isolado ou um conjunto de bens culturais. Pode ser providenciado pela União, Estado e Município.

O termo Tombamento consiste em inventariar, registrar, arrolar algo em arquivos especiais. Trata-se aqui de um procedimento administrativo no qual o Poder Público irá declarar no Livro do Tombo o valor cultural de um bem móvel ou imóvel.

De acordo com a Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio:

“Se um bem, conjunto de bens ou uma cidade é tombada, é porque ao longo de sua formação histórica, foi reunindo uma série de características que o fizeram um exemplar único e notável para a memória de uma região, seu Estado ou pra toda a nação brasileira, além dos valores que possui para seus moradores. Quando um bem, conjunto de bens ou uma cidade é tombado pelo poder público, seus bens culturais estão sendo valorizados e reconhecidos, e todos, materiais ou não, devem ser protegidos, conservados e divulgados.”

De acordo com o descrito na página 216 do Portal do IPHAN:

“A palavra tombo, significando registro, começou a ser empregado pelo Arquivo Nacional Português, fundado por D. Fernando, em 1375, e originalmente instalado em uma das torres da muralha que protegia a cidade de Lisboa. Com o passar do tempo, o local passou a ser chamado de Torre do Tombo. Ali eram guardados os livros de registros especiais ou livros do tombo”.

Para Maria Coeli Simões Pires (Pires, 1994, p. 78) o tombamento é:

O ato final resultante e procedimento administrativo mediante o qual o Poder Público, intervindo na propriedade privada ou Pública, integra-se na gestão do bem móvel ou imóvel de caráter histórico, artístico, arqueológico, documental ou natural, sujeitando-o a regime jurídico especial e tutela pública, tendo em vista a realização de interesse coletivo de preservação do patrimônio.

Após o tombamento de um patrimônio, qualquer alteração ou reforma deve ser comunicada ao IPHAN. Todo o processo de tombamento pode ser voluntário ou compulsório, independente do proprietário ser pessoa jurídica ou física.

Os bens, só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos de forma separada ou agrupado num dos quatro Livros do Tombo: Arqueológico, paisagístico e etnográfico; Histórico; Belas Artes e Artes Aplicadas.

Os bens tombados de natureza material são considerados: os imóveis de cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Quando se refere aos bens de natureza imaterial, dizem respeito: práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Em Ouro Preto a proposta de tombamento e registro a nível municipal é realizada nas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal, com o apoio do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto (COMPATRI), juntamente com a população local, que é convidada a integrar e complementar os trabalhos que definirão qual bem ou bens deverão ser inventariado ou tombado, passando a exercer o papel de guardião de seu patrimônio cultural.

1.1.2 - O Inventário

De acordo com Bessa (2004): Inventário é o conjunto de procedimentos para perfeita identificação de bens culturais. Composto por estudos e pesquisas específicas, visando estabelecer critérios e normas para definir quais bens culturais merecem proteção especial; o Registro se aplica aos bens culturais imateriais.

1.1.3 – O Registro

O Registro é um instrumento muito eficaz na proteção dos Bens Culturais Imateriais. Tem como base o Decreto nº 3.551/2000 que instituiu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Miranda, (2006, p.105), explica que o registro implica na identificação e produção de conhecimento sobre o bem cultural pelos meios técnicos mais adequados e amplamente acessíveis ao público, permitindo a continuidade dessa forma de patrimônio, assim como sua disseminação.

O processo de Registro se difere do tombamento, uma vez que não faz restrições ao uso, gozo e fruição do bem atingido.

Os Registros dos bens culturais estão inscritos em Livros específicos, como explica (Miranda, 2006, p. 107):

“Livro de Registro dos Saberes: onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro das Celebrações: destinado a inscrição de rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão: voltado a inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; Livro de Registro dos Lugares: onde serão escritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde há reprodução de práticas coletivas”.

Sobre os inventários, Lia Motta e Maria Beatriz Rezende (Portal do IPHAN-dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/64), afirmam que eles já estavam presentes na constituição do campo da preservação do patrimônio, dentro contexto da construção dos Estados Nacionais, no século XVIII.

As autoras acima esclarecem:

“Os inventários surgiram como modos de produzir um novo saber, por meio da coleta e sistematização de informações obedecendo a determinado padrão e repertório de dados passíveis de análises e classificações, e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como Patrimônio Cultural.”.

Ao inventariar um bem cultural, pode-se determinar se o bem necessita de proteção especial por parte do poder público.

Ainda, segundo elas, a conceituação de patrimônio é dinâmica e passa por transformações ao longo do tempo, para atribuir valores, os trabalhos de inventário fazem uso de estratégias, essas levam em conta períodos históricos distintos, dos territórios delimitados e da diversidade de tipos de bens de estudo.

No Brasil, durante 30 anos, (1937 – até meados da década de 60), apenas eram valorizados os imóveis, sítios e objetos, por suas qualidades arquitetônicas, artísticas e históricas.

A partir de meados dos anos 1960 passaram a serem adotadas novas concepções de patrimônio, que no correr dos tempos resultou na atual concepção de Patrimônio Cultural brasileiro, presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e definida “como o conjunto dos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, art. 216).

Ainda, levando em conta as explicações de Lia Motta e Maria Beatriz Rezende (Portal do IPHAN-dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/64):

“Somente em 2000, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) instituiu o Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC), dedicado à abordagem e valorização dos bens como portadores de referência cultural, contemplando com esse enfoque tanto os bens de natureza imaterial como material.”

Esta metodologia estabelece os procedimentos para identificar e valorizar os bens culturais a partir dos seus processos de produção; usos e significados que têm para os grupos sociais, podendo recomendar no final do levantamento, um estudo mais aprofundado com o objetivo de providenciar o registro (Decreto nº 3551/2000) ou até mesmo o tombamento (Decreto-Lei 25/1937).

Apesar de todo esforço em manter vivo o patrimônio cultural, a tendência natural é menosprezar o que é antigo, o que é do passado por considerá-los ultrapassados, sem conforto, desvalorizam as construções antigas, a cultura, o modo de vida dos antepassados, o que não é contemporâneo. Conseqüentemente acabam por destruir tudo que o consideram ultrapassado, dando lugar ao que é moderno e contemporâneo.

Esta nova forma de pensar tem impactado na destruição e mudanças de estilo de construções muito antigas, dando espaço ao moderno, ao inusitado.

O patrimônio cultural, da mesma forma, também tem se perdido no tempo, a memória individual e coletiva também são consideradas fora de moda, ultrapassadas. Tomaz (2010) afirma que, não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações quotidianas de seu viver.

“Acrescenta ainda Choay que a preservação dos monumentos antigos é antes de tudo uma mentalidade.” (CHOAY, 2001, p. 149).

De acordo com entendimento da UNESCO:

O Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes. Apesar de tentar manter um senso de identidade e continuidade, este patrimônio é particularmente vulnerável uma vez que está em constante mutação e multiplicação de seus portadores. Por esta razão, a comunidade internacional adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2003.

Portando, a UNESCO considera que antes do reconhecimento estatal é preciso que comunidades e grupos sociais consigam olhar para si e descobrir as referências, as práticas, os símbolos, os rituais, os ícones e relações culturais que definem como um grupo social diferente de outros.

Ressalta a importância da proteção do que é culturalmente significativo para cada grupo social e comunidade, bem como, a importância e possibilidades dos educadores trabalharem em disciplinas extracurriculares o conceito de patrimônio cultural.

Fernando Siviero (2015) em seu texto patrimônio cultural: para reconhecer e valorizar, descreve que:

Ao tratar da valorização e proteção daquilo que é culturalmente significativo para cada grupo social e comunidade, o conceito de Patrimônio Cultural traz para a educação uma oportunidade transdisciplinar capaz de gerar pontes entre o mundo escolar e seu entorno.

Também, ele ressalta que):

O Patrimônio Cultural é uma importante chave política e social de reconhecimento e proteção de elementos culturais das diversas formas de existir que constituem cada canto do Brasil e que dizem respeito às suas memórias e vínculos de identidade. Identificar as referências culturais e compreendê-las no espaço e no tempo pode ser um exercício coletivo que altera a visão e o entendimento sobre seu lugar e sua comunidade, fortalecendo assim os vínculos de identidade e pertencimento e estimulando a memória coletiva.

O que para Siviero é diferente:

“...da época e da perspectiva do patrimônio-monumento nas quais se entende a educação como conscientização do povo sobre a necessidade de preservar cuidar e se apropriar dos bens culturais reconhecidos pelo Estado.”

2 - Patrimonialização do Núcleo Histórico de São Bartolomeu

Com a passagem do tempo, as comunidades vão perdendo peças, objetos, esculturas, imóveis, móveis ou os modos de viver - peças importantíssimas da memória humana.

Se não existir o interesse de órgãos de toda esfera do governo e a conscientização da população, estes centros históricos poderão estar com os dias contados para desaparecer.

Segundo a professora Creusa Claudino:

“A patrimonialização é uma ação que tem como finalidade fomentar mecanismos de afirmação de uma determinada cultura e do seu Patrimônio Cultural, com a atribuição de valores, sentidos, usos e significados, voltados para um processo de revitalização e ativação das memórias passíveis de caírem no esquecimento”.

A importância da patrimonialização do distrito de São Bartolomeu é relevante devido ao fato do distrito ser um dos poucos da região a possuir um rico acervo histórico, cultural e arquitetônico original que vem sendo preservado ao longo dos séculos, constituindo assim, um raro exemplar de como viviam nossos antepassados, cenário que deve ser deixado e transmitido às gerações futuras. Estes fatos vieram justificar o tombamento legal do centro histórico do distrito.

2.1- Histórico do Distrito de São Bartolomeu

De acordo com o historiador Alex Bohrer, estudar a história mineira é uma tarefa difícil devido à escassez, à inexistência de catalogação e organização de documentos, o desaparecimento gradual destes, o desmembramento de arquivos e de bibliotecas públicas.

Estes fatos tornam um empecilho ao exercício de historiadores que muitas vezes trabalham com hipóteses o que dificulta as pesquisas mais objetivas.

Da mesma forma acontece com o distrito de São Bartolomeu, objeto deste estudo, dada à falta de documentações concretas que determinem o início do povoamento, fatos marcantes e a realidade do contexto histórico.

Segundo descrito no Portal do Patrimônio de Ouro Preto, para entender o contexto da formação do distrito em questão tem-se que retornar ao tempo em que os primeiros exploradores paulistas adentraram nas matas a procura do ouro.

Ao rumarem para o norte reconheceram três regiões distintas no território, até então desconhecido³, para tal, levaram em conta as características de vegetação encontradas em cada uma.

Em uma destas regiões, serão destacados os Arraiais situados nos limites da região dos campos (Nossa Senhora de Nazaré da Cachoeira do Campo e de Santo Antônio do Campo da Casa Branca) e em outra o Arraial do Apóstolo São Bartolomeu, que foi erguido em território de matas fechadas, ou “a mata”, como é conhecida até hoje pelos mais velhos.

Vale destacar que, segundo Bohrer (2011), nesta região ainda existe o vestígio de uma estrada que dava acesso à Vila Rica. Nela, está localizada a nascente do Rio das Velhas, que é citada em raros documentos existentes, tais como; cartas ou livros. Ainda teve grande importância na história da mineração nas Minas Gerais.

Pode-se afirmar que vários arraiais surgiram com as crises de abastecimento, e com a conseqüente fome que assolou o território aurífero no final do século XVII e início do XVIII.

A região de São Bartolomeu também era área de abastecimento, com grandes plantações e propriedades, como descreve Antonil (1982).

“Desta serra [a de Itatiaia] seguem-se dous caminhos: um, que vai a dar nas Minas Gerais do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto, e outro, que vai a dar nas Minas do Rio das Velhas, cada um deles de seis dias de viagem. E desta serra também começam as roçarias de milho e feijão, a perder de vista, donde se provêm os que assistem e lavram nas minas”.

Bohrer(2011) citando que Padre Afonso de Lemos, autor da Monografia da Freguesia de Cachoeira do Campo, já em 1911, fala a respeito do povoamento da região. Cita São Bartolomeu como tendo surgido em decorrência das calamidades causadas pela falta de víveres.

Outra citação encontrada no livro do historiador acima citado que comprova o povoamento do arraial de São Bartolomeu desde o ano de 1711, é a citação de Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis, sobre a citação feita pelo historiador Miguel Arcanjo:

No dia 10 de Junho de 1711 foi concebida carta a Manoel de Lima Pereira assistente em Tapanhuacanga, distrito de São Bartolomeu, lavrador e mineiro atual. Há sete anos, que ele suplicante tem sete escravos e pretende Mandar buscar sua família de mulher e filhos a Vila de São Paulo para virem para Minas, em um sitio que habita⁴.

³ De acordo com o Portal do Patrimônio, conforme demonstram alguns estudos atuais, os caminhos não eram tão desconhecidos assim, sendo alguns deles abertos no encaço de milenares rotas indígenas.

⁴ Apud. OLIVEIRA, Miguel Arcanjo de. O Papel e o Surgimento do Entorno de Vila Rica/1700-1750, p.9 – apud BOHRER, Alex Fernandes. São Bartolomeu. In: Ouro Preto: Um Novo Olhar / Alex Fernandes Bohrer. – São Paulo: Scortecci, 2011. P. 82.

Em suma, São Bartolomeu é considerado um dos distritos mais antigos de Ouro Preto, possui um conjunto arquitetônico harmonioso e bem preservado dos séculos XVIII e XIX. Que, segundo historiadores, destacou pela produção de alimentos e a exploração do ouro, considerado ponto estratégico entre as capitanias.

2.2 – Processo de Tombamento

O Núcleo Histórico de São Bartolomeu foi tombado sob o Decreto nº 456 de 08 de fevereiro de 2007 e inscrito no Livro do Tombo dos Bens Históricos, Artísticos e Arquitetônicos, com o número de inscrição 09.

De acordo com o descrito no Decreto de Tombamento deste conjunto urbano-arquitetônico, este foi um pedido da Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Bartolomeu (ADECOSB) ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto (COMPATRI). E que durante os trabalhos de campo a participação da população foi significativa, inclusive houve, espontaneamente, o envolvimento das crianças que desenvolveram desenhos das fachadas, o que demonstra o interesse da população local em adquirir o título de tombamento.

De acordo com as informações obtidas no dossiê de tombamento, os trabalhos de campo tiveram início em 29 de setembro de 2006 e término em 06 de outubro do mesmo ano. Neste levantamento foram catalogados 80 imóveis inseridos dentro do núcleo original do distrito, destes, 51 foram sumários, ou seja, aqueles onde foram consideradas as características do lote, volumetria e fachada das edificações. Nos levantamentos completos, além dos itens analisados no caso anterior, foram consideradas as qualidades arquitetônicas das edificações. Foram levados em conta: os sistemas construtivos, materiais de acabamento, tipologia da planta etc.

A gestão do patrimônio cultural do distrito de São Bartolomeu fica a cargo da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto que tem as seguintes obrigações, de acordo com descrição no site oficial da referida secretaria, a saber: Executar a política municipal de patrimônio e cultura; Coordenar, promover e desenvolver projetos de caráter cultural, artístico e patrimonial no Município; Desenvolver as atividades relacionadas com o patrimônio e a cultura; Efetuar o levantamento, a divulgação e o fomento das atrações patrimoniais e culturais do Município; Desenvolver e/ou incentivar a capacitação de pessoal especializado para serviços ligados ao patrimônio e cultura; Coordenar as ações referentes à

promoção e à valorização dos bens culturais do Município no âmbito da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e junto às demais instituições e à população; Promover a cultura local a partir de ações de cunho material ou imaterial produzidas por sua população; Promover e incentivar a realização de feiras, congressos, seminários, festivais e festas culturais típicas; Cumprir e fazer cumprir as disposições legais pertinentes aos atos e orientações dos órgãos superiores do patrimônio e da cultura; Realizar outras atividades relacionadas com sua área de atuação; Fiscalizar a execução de projetos de construção, reforma e ampliação de imóveis, no sítio tombado pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937; Fiscalizar e gerir os convênios firmados pelo Município neste setor; Apoiar os conselhos municipais vinculados a esta Secretaria; Exercer outras atividades correlatas.

2.3 - O Patrimônio Cultural de São Bartolomeu

2.3.1 – Igreja Matriz de São Bartolomeu



Figura 01- Igreja Matriz de São Bartolomeu – Foto: Ponto Final

Levando em conta as afirmações de Bohrer (2011), a Igreja Matriz tem sua construção iniciada no século XVIII em substituição a uma antiga ermida deixada ali, provavelmente pelos primeiros bandeirantes. A fachada tem características das primeiras matrizes mineiras, apresentando frontão triangular simples, sem ornamentação decorativa ou movimentação. As torres, em telhadinho, são também características do período.

Chama a atenção uma preciosidade incomum: na torre esquerda há guardado um sino todo feito em madeira, que ao ser tocado, produz um som oco.



Figura 02 - Sino de Madeira. Fonte: Pedra Sabão Turismo

A igreja possui cinco retábulos, segundo descrição existente no processo de tombamento, os laterais foram feitos em estilo Nacional Português. Já o altar mor é uma mistura de estilos, com um dossel destoante do conjunto, devido a uma montagem posterior aos outros altares.



Figura 03 - Interior da Igreja Matriz de São Bartolomeu

No teto da nave, um forro em caixotões com cenas da vida do apóstolo. Da nave também pode ser vista uma capela inserida no lado da epístola, que sugere, segundo as tradições, pertenciam aos Irmãos do Rosário (negros escravos ou libertos), que segundo a lenda impediram a demolição da igreja e conseguiram construir a matriz no local onde hoje se encontra.

2.3.2 – Igreja Nossa Senhora das Mercês

De acordo com a Ficha de Inventário de número 23 - Festa de Nossa Senhora das Mercês, acredita-se que esta igreja tenha sido construída em data próxima ao início de levantamento da Matriz de São Bartolomeu em 1711, no século XVIII, durante o ciclo do ouro. O estilo da igreja também sugere este período de construção. Conseqüentemente é

possível estabelecer este mesmo período para o início da festa em honra a Nossa Senhora das Mercês. Ainda, levando em conta o Inventário da Festa, acredita-se que “esta festa era realizada tal como hoje, com menos pompa e requinte do que a festa do padroeiro, São Bartolomeu, mas com a mesma devoção”.

A igreja está localizada no alto de uma colina, na Rua das Mercês, formando um belo efeito paisagístico. Para chegar até a igreja, atualmente, existem duas passagens, uma por uma íngreme ladeira gramada, anteriormente existia uma calçada que daria em uma escadaria de pedra que foi refeita há aproximadamente três anos. Segundo informações de uma moradora chamada Rosângela⁵, realmente deveria existir esta calçada, pois, há pouco tempo funcionários da limpeza da PMOP, ao limparem a ladeira acharam as pedras e ao subir a ladeira observa-se pedras roliças com característica de pedra de calçadas.



Figura 04 - Igreja de Nossa Senhora das Mercês
Fonte: <https://docsdosumidoiro.wordpress.com/>

A fachada da igreja tem frontão simples, não possui torres. Em seu interior não se vê ornamentação artística, na nave, dois púlpitos, um de cada lado, ornado com uma singela pintura. Sobre o Nartex, um coro bem simplório, dos dois lados, um corredor que permite acesso à sacristia que ocupa toda a parte do fundo. O altar-mor, em condições precárias de preservação, segundo Bohrer (2011), revela um Nacional Português, com superposições posteriores e colorido mais recente. Este altar vem perdendo partes em madeira, apresenta estar consumido por cupins ou larvas. Há também um armário que serve como altar, guardando o Senhor dos Passos, segundo Bohrer(2011):

“Apesar de restauração amadora que lhe desfigurou a face as mãos, esta imagem apresenta detalhes interessantes: as volutas formadas pela barba, desconstruídas no queixo, e os bigodes, saindo quase da narina, além dos olhos amendoados, nos fazem pensar numa obra ligada à “escola” do Aleijadinho. Pelas características a datarmos de fins do século XVIII e início do XIX.”

⁵ Conversa informal com a Rosângela moradora do distrito de São Bartolomeu, in loco; Maria Angela Fortes da Silva Santos

Há poucos anos, a igreja teve seu piso arrancado e substituído por cerâmica, moderna, que não tem relação como estilo colonial.

2.3.3 – Conjunto Arquitetônico

A tipologia urbano-arquitetônica de São Bartolomeu, considerada pela equipe responsável pelo levantamento, como de ocupação harmônica e bem preservada, de meados do século XVIII e XIX, estilo colonial, características essas com maior concentração nas ruas do Carmo e Espírito Santo, assim como em algumas ruas do Córrego, dos Trapiches e Praia.

Fogem ao contexto algumas construções mais recentes que agridem e descaracterizam a tipologia original com estilo “mais moderno” e alvenarias pintadas em cores fortes, que não são características do período colonial. Pois, neste período que:

As paredes eram geralmente caiadas. A cor branca foi, por isso mesmo notada por todos aqueles que deram notícias sobre nossas construções coloniais, como Maria Graham, Vauthier, Kidder e Spix e Martius. A caição era feita de cal de mariscos, de pedra ou tabatinga... As madeiras eram preferencialmente pintadas à cola, têmpera ou óleo, sendo o óleo utilizado como veículo extraído de mamona, de baleia ou de linhaça. Quando o veículo era a cola, usava-se cola de peixe, de pelica ou couro de boi. Para a têmpera, utilizava-se a secular albumina de ovo. Os corantes mais comuns eram o anil ou índigo -indigueiro-leguminosa (azul), sangue de drago e urucum (vermelho), a açafraão (amarelo), a braúna (preto), o ipê e a cochonilha (cor de rosa).

As edificações mais antigas são consideradas no dossiê, como sendo construções como sendo de tipologia original, bastante simplificada, com característica do século XVIII. O interior destas casas, geralmente, é organizado com dois ou três cômodos dispostos lado a lado, longitudinalmente, com a circulação central. O sistema construtivo é em pau-a-pique e alvenaria de pedra nas fundações. As fachadas caracterizam pela predominância dos cheios sobre os vazios, particularidades do século XVIII. Destaca-se a verga reta dos vãos, com esquadrias simples, sem caixilharia e vidro, em folhas cegas de madeira. O revestimento com caição na alvenaria e as esquadrias pintadas com tinta a óleo em tons escuros; no coroamento cachorrada e guarda-pó.

A maioria das edificações é de um único pavimento, com pé-direito de aproximadamente 3 metros. Os telhados são de telha cerâmica e tipo capa canal, geralmente duas águas.

Levando em conta o levantamento realizado pela equipe de pesquisa para proposição do tombamento, “algumas casas são característica do século XIX, demonstram uma melhor divisão do espaço interno, com corredor central e pés direito mais elevados, vergas alteadas e

maior número de abertura nas fachadas”. Construídas de pau-a-pique, o coroamento e as esquadrias predominam as do estilo anterior, porém, pode-se achar algumas construídas em adobe. A cobertura de capa-canal, de 3 a 4 águas, esse estilo permanece até os dias de hoje.

Algumas edificações já tiveram os sistemas modificados, como por exemplo, a substituição da parede de pau-a-pique pelo tijolo convencional, os fundos das casas já obtiveram acréscimos, tais como: cozinhas, banheiros etc.

No total são três casas que possuem em suas paredes oratórios destinados às orações dos fieis. Não foi encontrado durante as pesquisas, nenhum documento referente aos mesmos.



Figura05 - **Rusty Marcellini**, em <http://rustymarcellini.blogspot.com.br/2010/09/retratos-de-sao-bartolomeu.html>



Figura 6- Pequeno oratório –
Foto: Maria Ângela F.S.Santos



Figura 7 – Oratório
Foto: Maria Ângela F. S Santos

2.3.4 - A Festa do Padroeiro e Divino Espírito Santo



Figura 08 - Imagem de São Bartolomeu.
Foto: Maria Angela Fortes da S.Santos, 2012

Na imagem acima é possível identificar a imagem de São Bartolomeu. A festa do Padroeiro e do Divino Espírito Santo tem como Instrumento de Proteção o Registro nº 04, como Bem Cultural “Celebração do Divino Espírito Santo em São Bartolomeu”, distrito de Ouro Preto. Abaixo segue a cópia de Inscrição de Registro do Município.

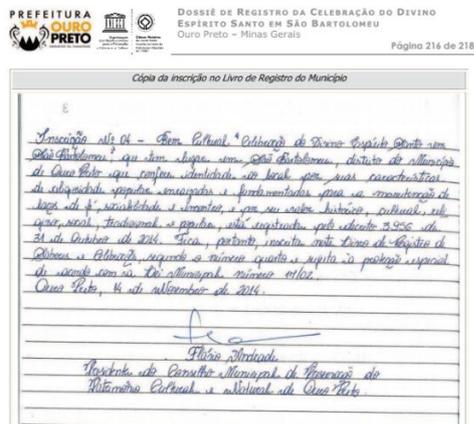


Figura 09 - Cópia de Inscrição no Livro de Registro do Município.

Fonte: Dossiê de Registro da Celebração do Divino Espírito Santo em São Bartolomeu

Os trabalhos tiveram início em 2010, quando foi levantada a primeira proposta de registro das festas do Divino Espírito Santo que são realizadas tanto em São Bartolomeu quanto Lavras Novas. Neste momento eram realizadas pelo COMPATRI as primeiras pesquisas para início dos trabalhos do Processo de Registro. Foi em 2011, que efetivamente iniciou-se e, apenas em 2014, que houve sua conclusão quando foi homologado pelo então prefeito, José Leandro Filho, através do Decreto nº 3.956, de 31 de Outubro de 2014.

Segundo o Processo de Registro das Celebrações do Divino Espírito Santo em São Bartolomeu, a Festa do Divino Espírito Santo desempenha um relevante papel na cultura popular brasileira. É realizada em diversas regiões e locais do país e representa uma manifestação cultural que vem desde os tempos da colonização.



Figura 10 - Igreja Matriz de São Bartolomeu e rua enfeitada para o cortejo
Foto: Maria Angela Fortes da S. Santos, 2012

Para elucidar a importância da Festa, o dossiê se respalda na citação de Luís da Câmara Cascudo em seu Dicionário do Folclore brasileiro (1954).

A festa tem origem nobre, tendo se iniciado em Portugal no início do século XIV, por iniciativa da rainha Isabel (1271-1336) e, chegando ao Brasil, dois séculos depois, com o início da colonização. A festa liga-se, assim, à construção da Igreja do Espírito Santo em Alenquer, Portugal, pela referida rainha ainda no século XIII.

No distrito de São Bartolomeu, a Festa do Divino Espírito Santo acontece juntamente com a Festa do Padroeiro, São Bartolomeu no dia 24 de Agosto, com a realização de novena, missa e procissão. Porém os festejos culturais e religiosos carregados de pompa acontecem sempre no final de semana mais próximo ao dia 24, ou de acordo com a escolha dos festeiros.

Segundo os moradores, não existem relatos de que estas festas tenham acontecido de forma separada, conforme acontece em outras localidades, como por exemplo, a festa de Lavras Novas.

Quanto à origem da festa, não se pode precisar a data correta por falta de documentação. Porém, os moradores relatam em memória compartilhada, que a festa originou-se no século XVIII. Citam ainda, o relato do “folieiro,” senhor Pedro Custódio Lopes: “calculo que é há mais de duzentos anos. Inclusive a Folia do Divino... Eles relatam por onde eu já passei com a bandeira que ela já tem 250 anos para mais”.

A Bandeira do Divino Espírito Santo inicia seu trabalho de coleta de esmolas no primeiro ou segundo sábado do mês de Junho, logo após missa realizada na igreja local e café comunitário para confraternização da comunidade.

A partir de então a responsabilidade passa a ser dos “folieiros”.



Figura 11 - Café comunitário na Casa da Festa de São Bartolomeu após a missa do envio da Bandeira do Divino. Data: 04/06/2016. Foto: João Paulo Martins.

O roteiro seguido pela Bandeira inclui diversos distritos próximos a Ouro Preto e ainda hoje, essa percorre as cidades de Santa Barbara, Barão de Cocais, Rio Acima e até mesmo Belo Horizonte. Durante a parada da folia nas casas dos fiéis, os músicos tocam e cantam músicas quantas vezes as pessoas forem depositando esmolas no cesto.

Segundo resposta do Sr. Pedro (folieiro) aos pesquisadores do processo de registro: “As pessoas que doam, geralmente fazem alguns gestos já tradicionais entre os “folieiros” e os devotos”. Ele explica:

“Olha, esse pra cima é geralmente para quem faleceu. Aí eles colocam...porque se a pessoa estiver naquele local, naquela hora põe para homenagear. E esse gesto de baixo é, normalmente... aí é por pra tocar. Quando é para uma pessoa que está fora eles falam, aí já tem a letra da música para cantar em agradecimento. Aí já tem mil significados. Mas quando fala que é para fulano de tal que já foi, ou fulano de tal que já morreu, ou fazer com o dedo assim para cima a gente já sabe o que é que é.”⁶



Figura 12 - Toque da Folia na casa de Lídia Fernandes Fortes. Fotografia: João Paulo Martins, 2012. Acervo PMOP. Adquirida no Processo de Registro das Celebrações do Divino Espírito Santo em São Bartolomeu em 19/07/2017.

Outra tradicional comemoração é a eleição da rainha e das princesas que acontece com a venda de votos. A candidata que vender maior número de votos é eleita como Rainha, a que ficar em segundo lugar na venda será a princesa e assim sucessivamente.

⁶ Entrevista com Pedro Custódio Lopes. São Bartolomeu – distrito de Ouro Preto; Bárbara Pereira Mançanars; 25/08/2011. Acervo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Registro das Celebrações do Divino Espírito Santo em Ouro Preto.



Figura 13 - Império do Divino Espírito Santo em São Bartolomeu, s/d. Acervo da E. Municipal Washington de Araújo Dias.

Fontes: Fotos extraídas do Processo de Registo da Festa do Divino em São Bartolomeu.



Figura 14 - Império do Divino Espírito Santo em São Bartolomeu. Fotografia: Autor desconhecido, 1961. Acervo particular de Rogério Vicente da Costa.

Tem também o Imperador que é representado por um dos festeiros que está à frente da organização da festa. Ele, a rainha e a princesa compõem o Império do Divino Espírito Santo.

No domingo o Imperador, a rainha e a princesa desfilam a frente do cortejo, cercados por uma grande multidão aos gritos de Viva São Bartolomeu, Viva o Divino Espírito Santo e os festeiros, viva a comunidade etc. Neste ritual o Imperador, a rainha e a princesa se vestem a caráter. Geralmente o cortejo sai da casa da rainha em direção à igreja, acompanhado por um grande número de fiéis e logo após acontece a missa.

Ao final realiza-se a contagem dos votos das rainhas que arrecadaram votos para a festa do corrente ano e que estarão desfilando com o Imperador no próximo.



Figura 15 - Império do Divino Espírito Santo em São Bartolomeu. Fotografia: João Paulo Martins, 2011. Acervo da PMOP.

Voltando à programação, de sexta-feira e sábado acontecem várias celebrações, como a missa sertaneja e procissão com a imagem de São Bartolomeu e Divino Espírito Santo pelas ruas do distrito, bem como, o levantamento de mastro, outro ponto alto das solenidades.

Os chamados Mordomos, geralmente aos pares, são fiéis que se encarregam de enfeitar as bandeiras, sendo uma do Divino Espírito Santo e outra de São Bartolomeu. Geralmente uma Bandeira sai da casa do mordomo geralmente uma na sexta-feira e outra no Sábado, pelas ruas enfeitadas do distrito de acordo com a morada o mordomo em direção à igreja Matriz de São Bartolomeu onde são hasteadas em paus de mais de quatro metros de altura.

Durante a festa são servidas refeições aos participantes da Festa do Divino Espírito Santo. Todos são atendidos sem custo algum na conhecida Casa da Festa, uma construção do período colonial que conserva até hoje as suas características originais.



Figura 16 - Comunidade e visitantes almoçando na Casa da Festa.
Fotografia: João Paulo Martins, 2011. Acervo PMOP

Nas últimas décadas é realizada a carreata para a gruta de São Bartolomeu, momento em que a imagem é deslocada da igreja em cima de uma caminhonete até a referida gruta onde é celebrada a missa no sábado em homenagem ao santo. No retorno ao adro da igreja matriz de São Bartolomeu ocorre a benção dos carros.

A gruta é de pedra sabão e foi doada pelos moradores do distrito de Cachoeira do Campo e abriga a imagem do santo padroeiro, São Bartolomeu.

O local onde se encontra a gruta está localizada na cachoeira do Córrego Acima, sendo conhecida também como Cachoeira de São Bartolomeu ou Cachoeira Norata.



Figura 17 - Missa realizada Gruta de São Bartolomeu em sábado festivo.
Fotografia: João Paulo Martins, 2012. Acervo PMOP

A programação da festa não religiosa, também faz parte da tradição. É certo que mudanças ocorreram ao longo dos anos, mas a essência continua a mesma, ou seja, entusiasmo e alegria.

Segundo o Dossiê de Registro da Festa do Divino e São Bartolomeu a tourada deixou de alegrar as festas em São Bartolomeu. Os toureiros vinham, geralmente, da cidade de Itaúna. Para construir a arena, os moradores cortavam lenha e cipó o que foi proibido pelo IEF (Instituto Estadual de Florestas).

A tourada que fez parte da programação até 2011, foi substituída gradativamente pelo rodeio. Foi uma substituição realizada durante o período em que era preparada a montagem do Processo de Registro das Celebrações do Divino Espírito Santo e São Bartolomeu. Este acontecimento provavelmente passou despercebido pela Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio que não fez nenhuma objeção e a substituição foi feita normalmente e a partir de 2012 não acontecendo mais.

Estudos mais aprofundados poderiam ter sido realizados para formalizar e viabilizar a continuidade da realização deste evento e caso, ao final do estudo, fosse constatada a inviabilidade de continuidade do mesmo, poderiam fazer um documentário exclusivo sobre o assunto, deixando para as futuras gerações um conhecimento mais amplo sobre o assunto.

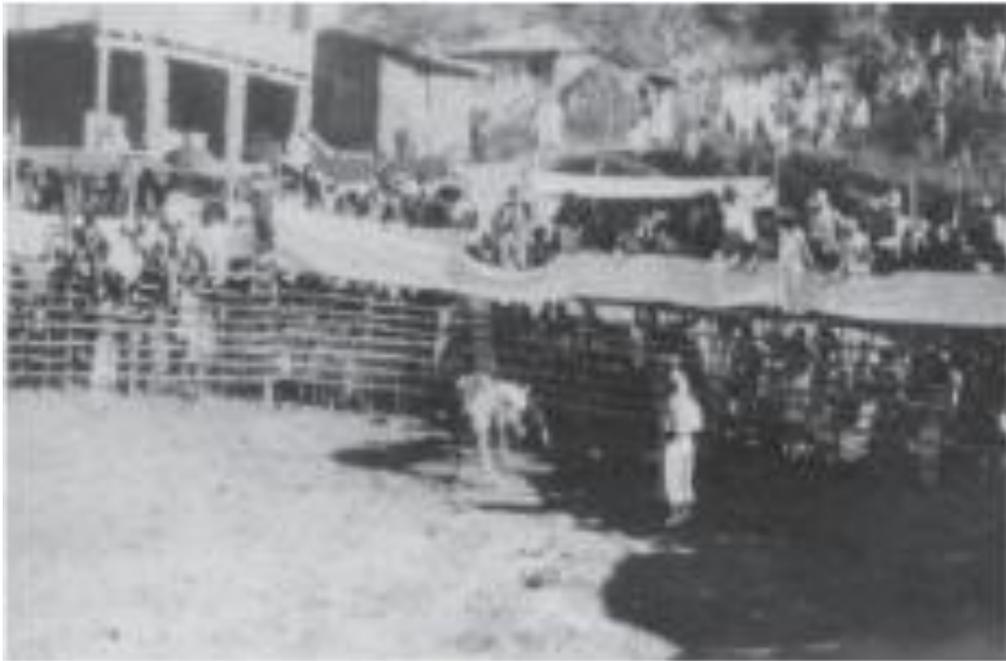


Figura 18 - Tourada realizada em São Bartolomeu durante a festa do Divino Espírito Santo, 1961.
Fotografia: Autor desconhecido, s/d. Acervo particular de Rogério Vicente da Costa



Figura 19 - Comitida da Tourada realizada em São Bartolomeu durante a festa do Divino Espírito Santo, em 1961. Fotografia: Autor desconhecido, s/d. Acervo particular José Wellington Pedrosa Xavier.

2.3.5 - Festa de Nossa Senhora das Mercês

A devoção a Nossa Senhora das Mercês, culto de origem espanhol surgido no século XIII, deu início quando São Pedro Nolasco teve um sonho com a Virgem Maria. Nesse sonho ela lhe pedia para fundar uma Ordem Religiosa com o objetivo de liberar os cristãos escravizados pelos muçulmanos que haviam invadido a Península Ibérica por seis séculos. A ordem foi criada e passou a ser chamada Ordem dos Mercedários, em homenagem a Nossa Senhora das Mercês.

Maria. Nesse sonho ela lhe pedia para fundar

É uma festa inventariada sob o registro nº 23, na categoria Patrimônio Imaterial, pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Neste documento obtém-se a informação de que a hipótese da origem da festa tenha sido a partir do momento da construção da ermida dedicada à santa.



Figura 20 - Imagem Nossa Senhora das Mercês no andor.
Fonte: Patrícia Pereira, 25 de setembro de 2005.

Iconografia da imagem de Nossa Senhora das Mercês: segundo descrição do Inventário:

Nossa Senhora de pé; vestida de branco – túnica, véu e capa; cabeça descoberta; cabelos longos caídos sobre os ombros; tem um escapulário branco com as insígnias Ordem Mercedária, fundada por meio de sua intervenção junto ao São Pedro Nolasco; os braços abertos em sinal de proteção. Algumas vezes é acompanhada de dois cativos ajoelhados tendo algemas e correntes nos braços, ou aparecem apenas alguns grilhões dispostos aos seus pés.

Ainda, segundo o inventário, a imagem de Nossa Senhora das Mercês de São Bartolomeu não segue a risca o modelo pragmático:

A vestimenta é branca, com renda nas orlas, o que indica trocas constantes por conta da degradação do pano, a túnica tem um coração em vermelho na altura do peito; os cabelos longos e em pelos, os braços estão abertos simbolizando o socorro concedido aos cristãos aprisionados e a todos que hoje a evocam.

A Festa de Nossa Senhora das Mercês, é realizada no mês de setembro, no final de semana mais próximo ao dia 24. É uma festa realizada com mais simplicidade em comparação com a do padroeiro – São Bartolomeu, porém, a sua importância é muito relevante para os costumes locais. É planejada por festeiros que arrecadam junto à comunidade e simpatizantes do distrito, recursos financeiros para a festa, quando serão realizadas missas, procissões acompanhadas de bandas de música, shows de cantores locais, o tradicional leilão de prendas, almoço para os prestadores de serviços, teatro, etc, conforme arranjo organizado pelos festeiros.

2.3.6 – Registro da Tradicional Produção de Doces Artesanais e Festa da Goiaba

Os trabalhos de abertura do processo de Registro da Tradicional Produção de Doces Artesanais foram realizados em conjunto com o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto, em 2006, todo o processo foi finalizado em 2008.

Todo o trabalho desenvolvido nesta seção será norteado pelo Dossiê de Registro da Tradicional Produção de Doces Artesanais de São Bartolomeu, que nos permite entender a trajetória do doce dentro do contexto histórico do distrito de Ouro Preto, MG.

Segundo o Dossiê, existem evidências de que a produção artesanal de doces em São Bartolomeu já era praticada há pelo menos dois séculos, quando eles faziam o uso da marmelada. A região era considerada como fonte de abastecimento de alimento para Vila Rica. O povoado dispunha de um pomar frutícola e, provavelmente, a produção de doce passou a ser uma necessidade de conservar as frutas e açúcar para o ano inteiro, o que para os historiadores faz sentido uma vez que grandes períodos de fome assolaram a história do ciclo do ouro entre os séculos XVIII e XIX.

Bohrer no Dossiê de Registro, afirma que o primeiro relato encontrado sobre a produção de doces no distrito foi dado pelo viajante austríaco John Pohl, médico e botânico em expedição pelo Brasil entre os anos 1817 a 1822. Esse publicou “Viagem ao Interior do Brasil”, livro que dá notícias sobre a produção de doces “do arraial de São Bartolomeu”:

Segundo ele, John Pohl descreve que fez uma viagem ao distrito de Cachoeira do Campo e recebeu um presente de um “bom velho”: – uma caixa de doce.

Empreendi, poucos dias antes de minha partida (1º de fevereiro), a quarta grande excursão: um passeio a cavalo ao Arraial de Cachoeira, distante uma légua de Vila Rica, no qual tive a companhia do próprio Governador Geral (...), O bom velho presenteou-nos, em sua casinha, com toda espécie de frutas que oferecia o seu bem cuidado pomar, com vinho e frutas em conserva e ainda me deu uma caixa de

marmelada pesando 25 quilos, com a qual fazia rendoso negócio com o arraial vizinho de São Bartolomeu (...).

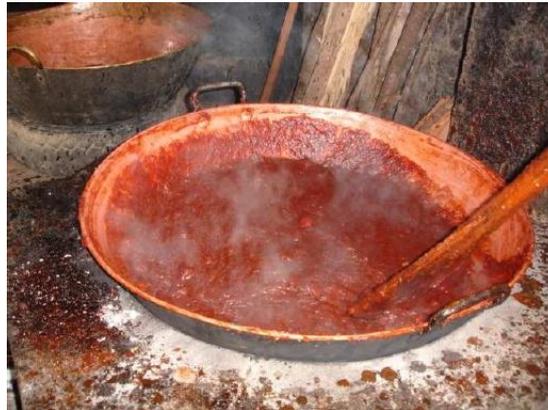


Figura 21 - Tradicional doce de goiabada de São Bartolomeu – foto Sérgio Sanches

Bohrer, no dossiê, ainda apresenta diversas passagens da história que comprovam a importância do distrito na fabricação de doces como o disposto no pedido feito em carta assinada pelo Padre Antônio da Cruz, vice-diretor do colégio em detrimento do falecimento do antigo Diretor:

“Venho fazer-lhe encomenda de doce, segundo o seu oferecimento em carta de 18 do corrente. Ficando pelos preços do ano passado, conforme aqui temos em nota, o Sr. poderá trazer, com a maior presteza que puder, 15 arrobas de goiabada, 10 arrobas de marmelada e somente 5 arrobas de pessegada, já que esta ficará mais caro um pouco (...).”

Nas décadas de 40 e 50, segundo o dossiê, a produção de doce experimentou altos e baixos por vários períodos, vivenciou novas transformações como o uso do carro em substituição ao transporte de burro.

Já nas décadas de 80 a 90, novamente experimentou um pico na produção em consequência do turismo emergente em que Ouro Preto passava após receber o título de Patrimônio da Humanidade.

A partir desta década, ao final da colheita, foi dado início à tradicional Festa da Goiaba. Atualmente o evento de cunho cultural está em sua XXI edição, organizado pela ADAF, quando acontecem diversas apresentações culturais para comemorar o final da colheita da produção de Goiabada Cascão que é o doce mais produzido no distrito. Este evento movimenta um grande turismo e renda para a localidade.

Também são produzidos os doces de: leite, cidra, mamão verde, pessegada em barra e em calda, casca de laranja e limão entre outros.

Como reconhecimento da importância dos tradicionais Doces Artesanais de São Bartolomeu, no dia 24 de julho de 2010, os doceiros do distrito receberam da Prefeitura de Ouro Preto, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo e Associação dos Doceiros e

Agricultores familiares de São Bartolomeu(ADAF), o selo de Patrimônio Imaterial de Ouro Preto.



Figura 22 - Selo de Patrimônio Imaterial de Ouro Preto.
Foto: Associação Montanhas do Espinhaço, 25/07/2010

2.4 – Patrimônio Natural

Apesar do patrimônio natural não fazer parte do patrimônio cultural que hora é estudado, dada à importância que esse representa para o distrito de São Bartolomeu, ele será aqui tratado de forma sucinta.

A Constituição Federal - Capítulo VI - Art. 225, trata do Meio Ambiente, como sendo: direito de todos, a ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações.

Do mesmo modo que o patrimônio cultural, o natural também possui suas formas de proteção, que são: as leis que asseguram e disciplinam o uso, a pesquisa, o manejo etc do Meio Ambiente entre outros.

2.4.1 – Floresta Estadual do Uaimii

A Floresta Estadual do Uaimii (FEU), situada no município de Ouro Preto, mais precisamente no distrito de São Bartolomeu. Foi criada em 2003, esta floresta protege centenas de nascentes que abastecem pequenos afluentes até desaguiarem no Rio das Velhas. Sendo o Instituto Estadual de Florestas (IEF) o responsável pela administração das unidades de conservação mineiras.

De acordo com postado em site da Associação Montanhas do Espinhaço: “No século XX, com a instalação de empresas mineradoras na região, as matas de São Bartolomeu

deram lugar aos fornos de carvão, por ali passavam tropas de mula trazendo frutas para os doces, retornando com cargas de madeira para os fornos. Com o tempo, as mulas passaram a não ser mais suficientes e passaram a construir estradas ao interior da mata e transportarem diariamente o carvão que alimentaria as siderúrgicas, como a VDL na cidade de Itabirito.”

Estudos realizados pelo Ministério de Minas e Energia – MME (Desenvolvimento de Estudos para Elaboração do Plano Duodecenal (2010 - 2030) de Geologia, Mineração e Transformação Mineral), em seu capítulo nove, faz referência ao Carvão Vegetal. Este artigo, demonstra que o carvão mineral era usado nos altos-fornos das siderurgias e eram adquiridos de forma legal e ilegal pelos atravessadores, o que provavelmente ocorria nesta região, inclusive é citada a VDL Siderurgia Ltda, em Itabirito.

De acordo com o IEF, no Brasil, as unidades ganharam objetivos e propostas diferentes e foram divididas em duas categorias: As unidades de proteção integral - onde os recursos naturais não podem ser explorados de forma direta e as unidades de conservação de uso sustentável, que aliam a presença humana ao uso ambientalmente correto dos recursos naturais.

A Floresta do Uaimii, conta hoje com um sistema de proteção eficiente e constante, monitorada dia e noite por vigias. É aberta à visitação pública; recebe, principalmente nos finais de semana, grupos de adeptos ao ciclismo, motociclismo ou às caminhadas. Porém, as normas são rígidas e são repassadas aos visitantes na entrada da portaria.



Figura 23 - Cachoeira dentro da Floresta Uaimii
Foto: Associação Montanhas do Espinhaço

3 - A Percepção da População sobre o Tombamento do Núcleo Histórico De São Bartolomeu

3.1 - Aplicação do Questionário

Para verificar se os objetivos do trabalho foram atingidos foi aplicado um questionário, em anexo, contendo quatorze perguntas, sendo que em duas destas perguntas, caso o entrevistado quisesse poderia fazer explicações ou considerações sobre o assunto.

Para uma melhor percepção, fez-se uso dos seguintes critérios: Esta pesquisa foi dividida em duas partes, a primeira com o objetivo de analisar o perfil dos entrevistados (sexo, grau de instrução, faixa etária, a relação com o distrito e profissão), a segunda parte teve como finalidade obter a visão do entrevistado sobre o patrimônio cultural existente no distrito; a atuação da PMOP e IPHAN sobre o patrimônio e a relação da comunidade com os estes órgãos. Foram entrevistados: 28 (vinte e oito) moradores “fixos” no distrito e aqueles considerados “moradores de finais de semana” foram 17 (dezessete). Todos com residência dentro do perímetro de tombamento. A escolha deste grupo de entrevistados se deve à relação mais concreta e próxima com a realidade do patrimônio local, os problemas e os anseios da população. Este número de entrevistados foi considerado satisfatório em relação aos moradores fixos, porque corresponde aproximadamente o número de moradores dentro da área considerada do tombamento. Quanto aos moradores de finais de semana o número foi considerado insatisfatório porque não abrangeu grande parte de moradores devido à ausência dos mesmos no distrito durante os dias em que foi aplicado o questionário.

As perguntas realizadas com os moradores de São Bartolomeu, distrito de Ouro Preto – MG são baseadas na relação “moradores fixos e moradores de finais de semana”, grupos que vivem harmoniosamente, respeitando a opinião de cada um.

Foram entrevistadas 45 pessoas, dos sexos masculino e feminino; contemplando pelo menos três níveis de escolaridade: Primeiro Grau, Ensino Médio e Superior; várias faixas etárias e profissões, aposentados e estudantes. Os critérios para definir o perfil dos entrevistados quanto ao gênero, nível de escolaridade, a faixa etária e relação de moradia do público alvo não foi imperativo, porém, foram importantes uma vez que obtém-se um resultado mais consistente, diversificado e real da opinião da comunidade.

3.2 – Análise de Dados

1ª Parte: Perfil do Entrevistado

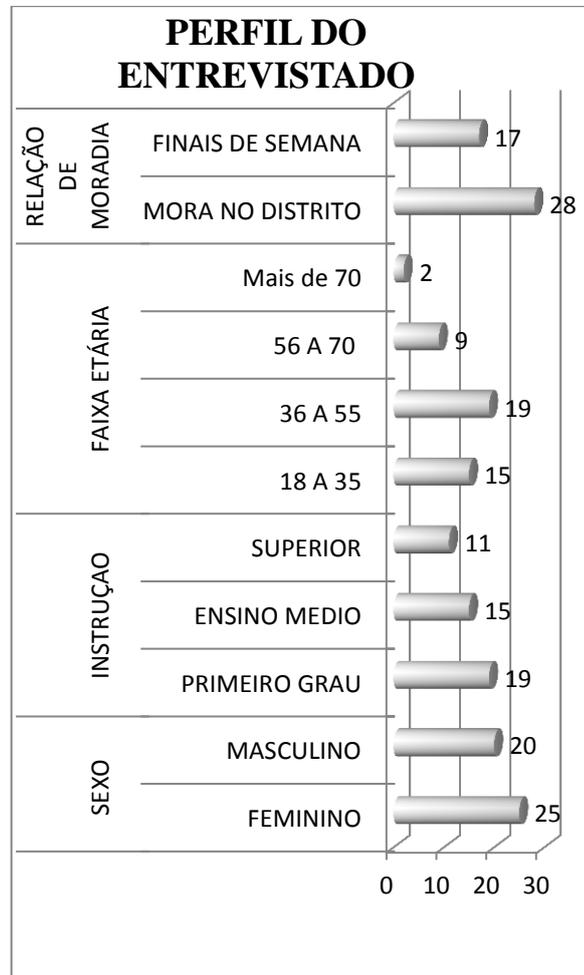


Gráfico 1

O Gráfico 1 se refere ao perfil do público entrevistado que é bem variado, foram contemplados ambos os sexos, instrução escolar em três níveis de formação, a faixa etária e a situação de moradia dos entrevistados. Essa variação é muito importante para obter um resultado real do modo de pensar da população local.

Ainda sobre o perfil dos entrevistados, encontram-se as seguintes profissões: lavradores, diaristas, economista, artesãos, comerciantes, funcionários públicos, professores, mecânico, auxiliar administrativo, corretor de imóveis, produtor de eventos, mensageira, contador, engenheiro civil, domésticas, autônomos, cozinheiro, técnico em metalurgia, estudantes e aposentados.

2ª Parte: informações acerca da visão do entrevistado sobre patrimônio histórico, arquitetônico e cultural existente no meio e a relação da comunidade com o órgão oficial competente – PMOP.

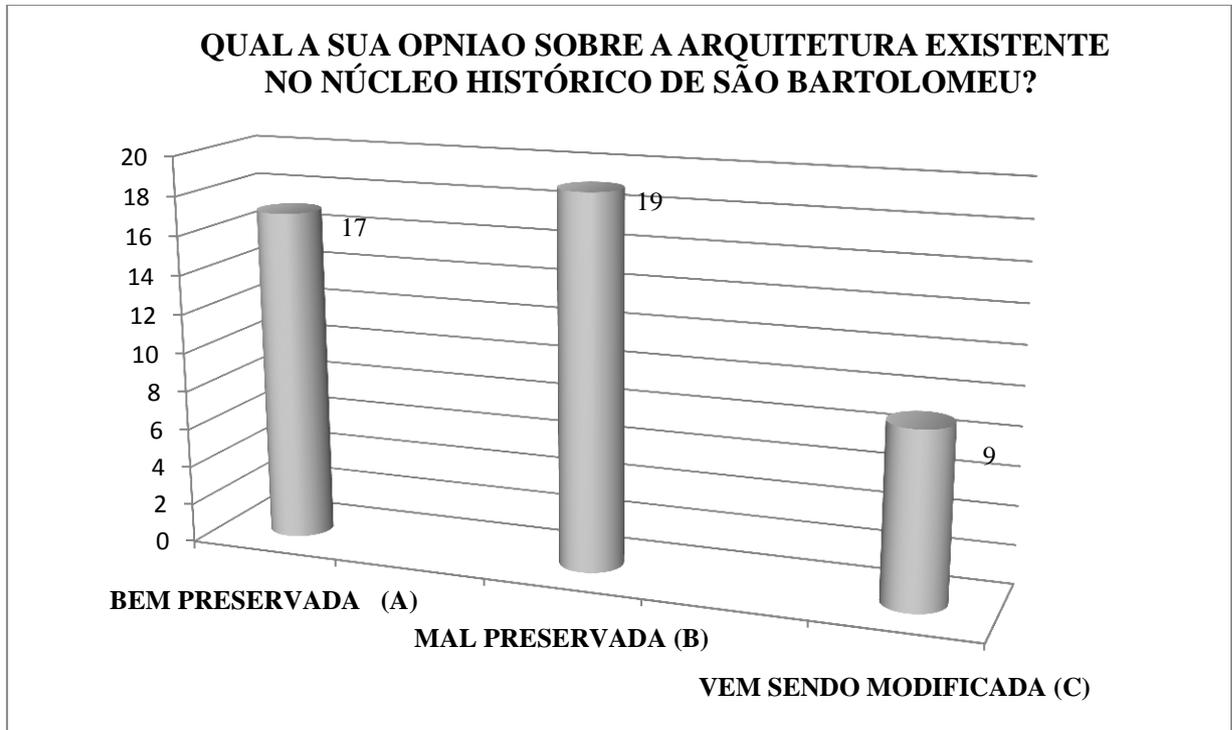


Gráfico 2

Observa-se no Gráfico 2 um meio termo de ideias, entre “bem preservada e mal preservada”. Porém, levando em conta que dois grupos (B e C) fornecem uma visão negativa da preservação do patrimônio arquitetônico do Núcleo Histórico de São Bartolomeu, pode-se dizer que para a maioria a preservação está comprometida.

O IPHAN em sua cartilha “Patrimônio Histórico: como e por que preservar”, define preservação como sendo “a manutenção de um bem no estado físico em que se encontra e a desaceleração de sua degradação, visando prolongar e salvaguardar o patrimônio cultural”.

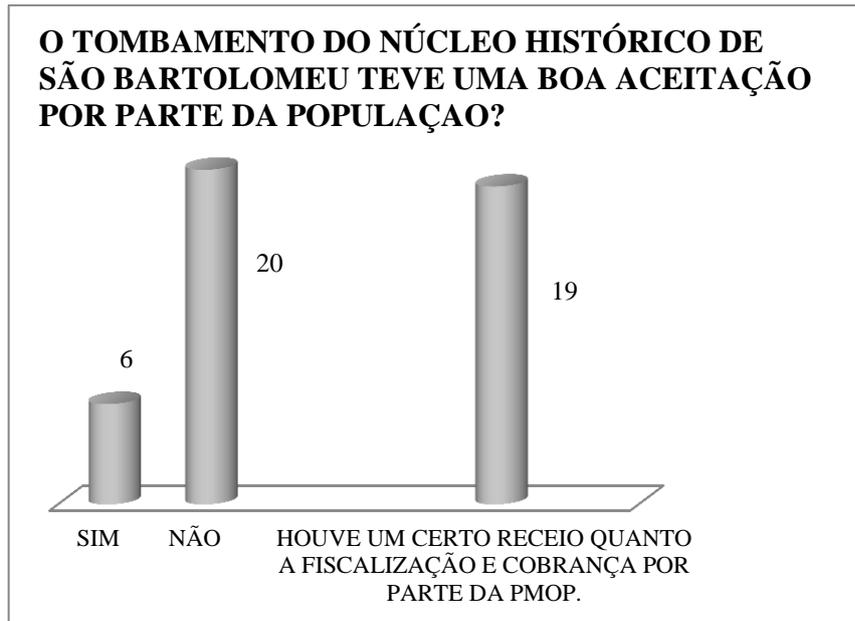


Gráfico 3

Levando em conta os resultados da 2ª e 3ª colunas, o Gráfico 3 indica que a maioria dos entrevistados acredita que o tombamento do Núcleo Histórico de São Bartolomeu não teve boa aceitação por parte dos moradores ou ficaram receosos quanto a fiscalização por parte da PMOP, isso demonstra uma posição negativa em relação ao tombamento.

Marcia Sant'Anna(2015) explica como são desenvolvidos os processos individuais, comunitários ou sociais de patrimonialização e, ainda, relata as divergências que podem ocorrer a partir do início dos trabalhos de tombamento de um bem:

Analogamente aos estatais, inicia-se com a escolha do que deve sobreviver à passagem do tempo e constituir, assim, o fio que liga o passado ao presente e este ao futuro, pois é sempre o presente – suas demandas, disputas e questões – o que orienta a identificação e a escolha do que deve ser preservado. Essa escolha é sempre um momento sensível, em que é preciso enumerar as razões que a justificam e, muitas vezes, especialmente nos processos grupais, constitui um foco de tensões, conflitos e de explicitação de relações de poder. Por fim, resolve-se como o objeto da escolha será guardado, posto a salvo, conservado, continuado e utilizado.

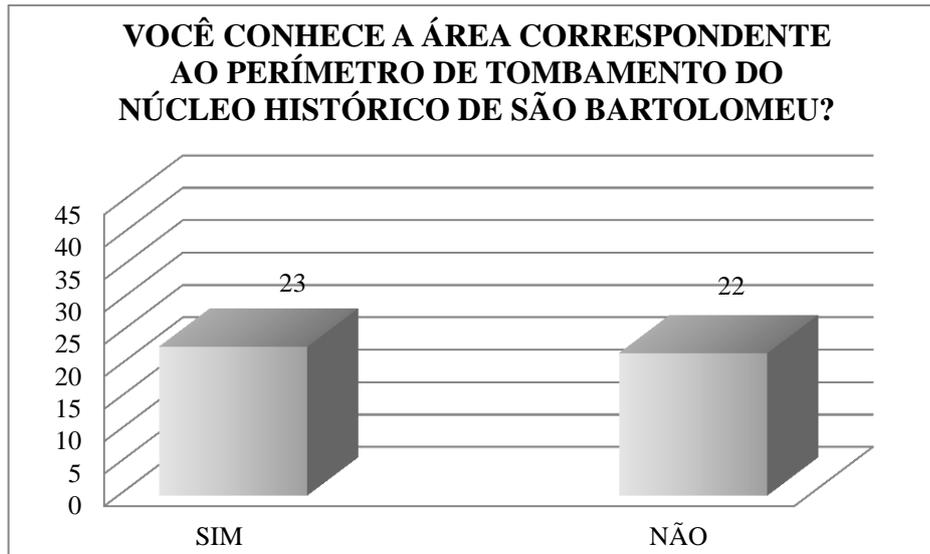


Gráfico 4 -

O conhecimento sobre a área correspondente ao perímetro de tombamento do Núcleo Histórico de São Bartolomeu demonstrado no Gráfico 4, deixa claro que o conhecimento dos entrevistados está no meio termo, isto demonstra uma falta de conhecimento por parte dos entrevistados.

Sobre a questão “Caso seja um profissional da construção civil” (questão 09), apenas dois entrevistados se manifestaram serem profissionais da construção civil e responderam que nunca receberam treinamento sobre técnicas de construções utilizando métodos do período colonial e também, nunca receberam instruções sobre agentes nocivos que possam danificar as edificações e desconhecem se já houve algum curso nestes sentidos.

Porém, um morador mais antigo e atuante na comunidade, informou que há muitos anos a prefeitura promoveu um curso para alguns adolescentes com perspectiva de formar um grupo especializado em restauração dos imóveis, mas com a mudança de governo não foi dada continuidade ao projeto.

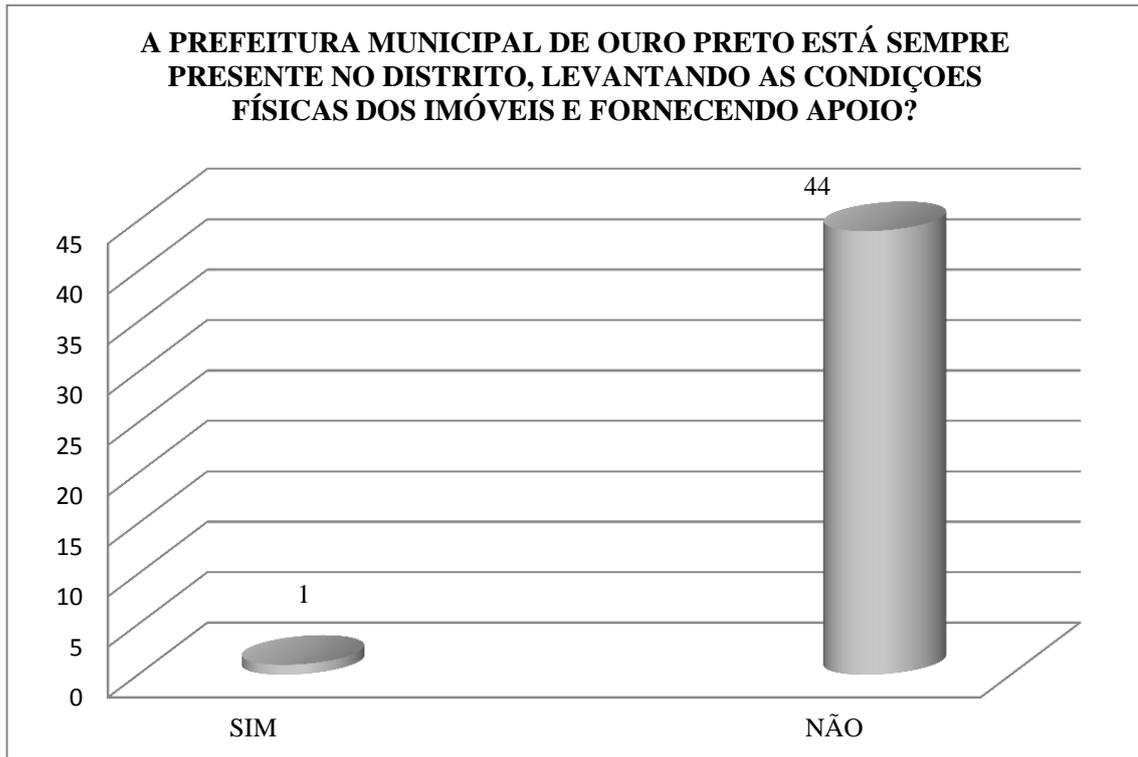


Gráfico 5

Esta questão (Gráfico 5) demonstra uma insatisfação da população, 44 entrevistados, consideram ser descaso da PMOP para com o distrito de São Bartolomeu. A população vem reclamando que o pessoal só aparece quando há uma denúncia. Que eles não oferecem apoio quanto às questões de reformas ou construções.

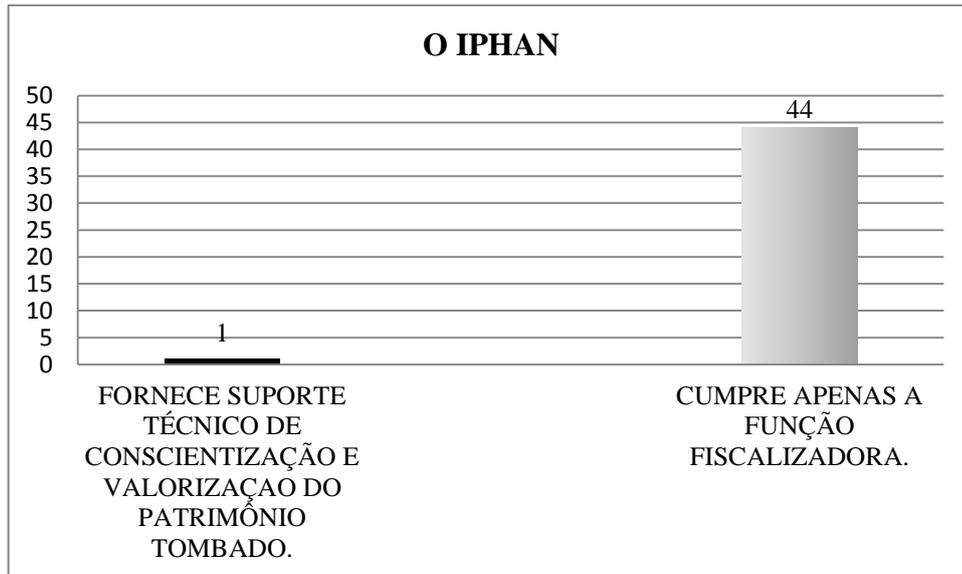


Gráfico 6

O mesmo resultado de descontentamento é observado (Gráfico 6) quanto a atuação do IPHAN. A maioria considera que o IPHAN cumpre apenas a função fiscalizadora e não fornece suporte técnico sobre a conscientização da importância da preservação e valorização do Patrimônio local. Especialmente em relação à Igreja Matriz de São Bartolomeu que é tombada pelo IPHAN e é considerada pelos moradores, o bem mais precioso existente no distrito.

Estes resultados também indicam que a população e/ou a associação de moradores (ADESCOSB) sente a falta da presença dos órgãos responsáveis ajudando-os nas tomadas de decisões, orientando-os quanto às formas de conservação e restauro etc.

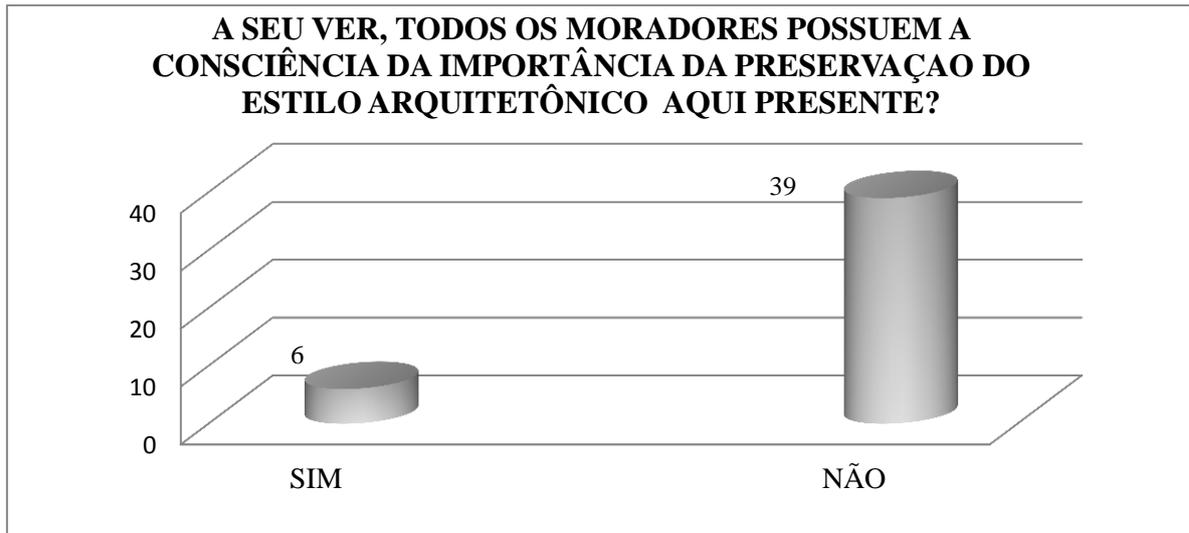


Gráfico 07

Os dados apontados no Gráfico 7, demonstram que, a maioria dos moradores entrevistados considera que grande parte da população não tem consciência da importância da preservação do estilo arquitetônico ali existente.

Para o IPHAN:

Preservar o Patrimônio Cultural Brasileiro não é apenas acumular conhecimento sobre o passado. É, fundamentalmente, planejar o futuro. O que se preserva hoje é aquilo o que nossos filhos e netos conhecerão amanhã. Os monumentos, as cidades históricas, as paisagens, as festas e as tradições são importantes heranças, porque compõem a identidade cultural e histórica, base sobre a qual se constrói uma Nação.

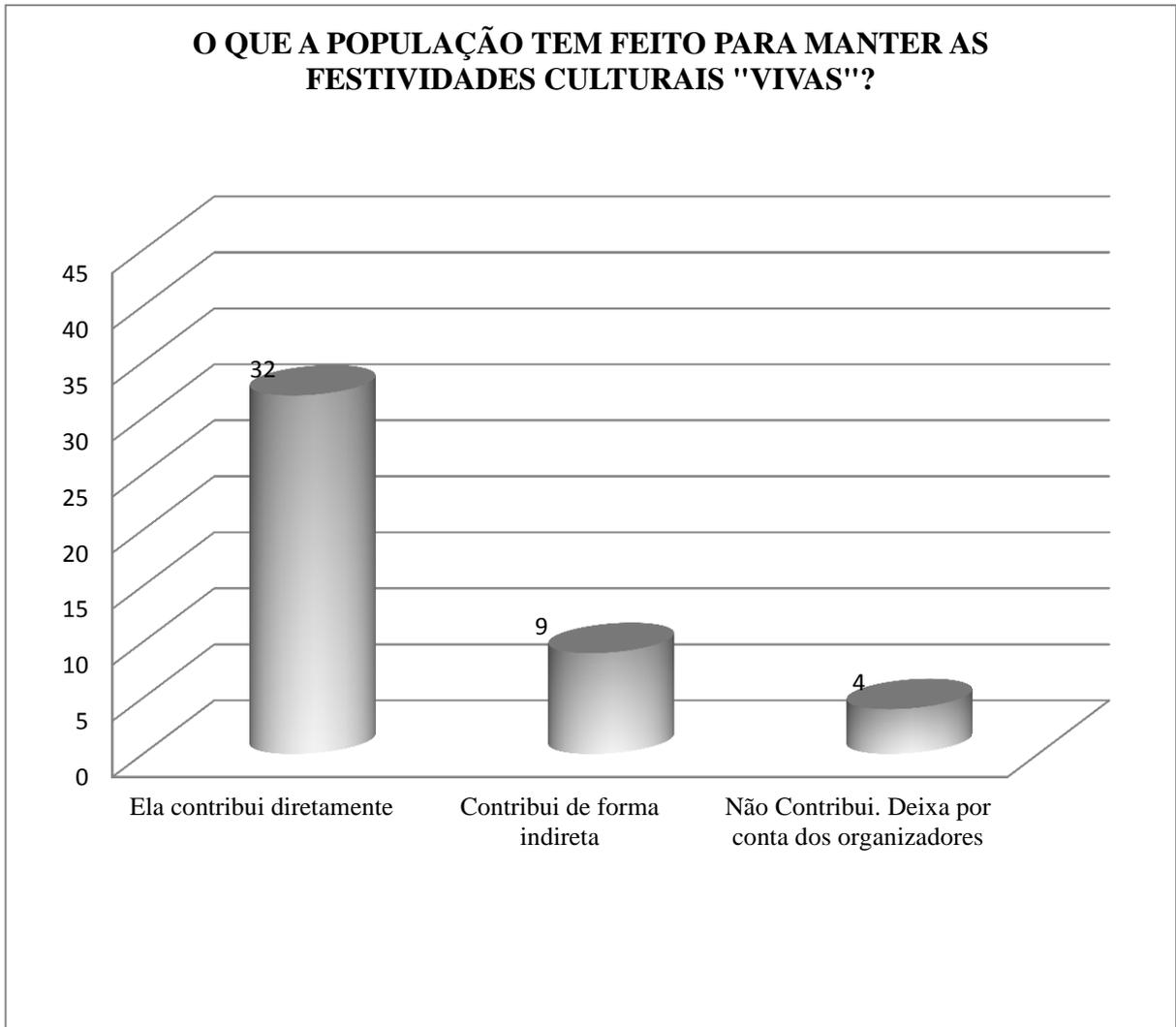


Gráfico 08

A maioria da população afirma contribuir diretamente para com festas culturais, como pode-se perceber no Gráfico 08.

Eles deixaram demonstrar gostam de estar juntos aos festeiros nos trabalhos de organização da festa e que se colocam sempre à disposição dos festeiros para ajudarem, mesmo que seja de forma indireta, conforme alegam alguns.

Outros disseram que não contribuem porque muitos festeiros preferem trabalhar sozinhos.

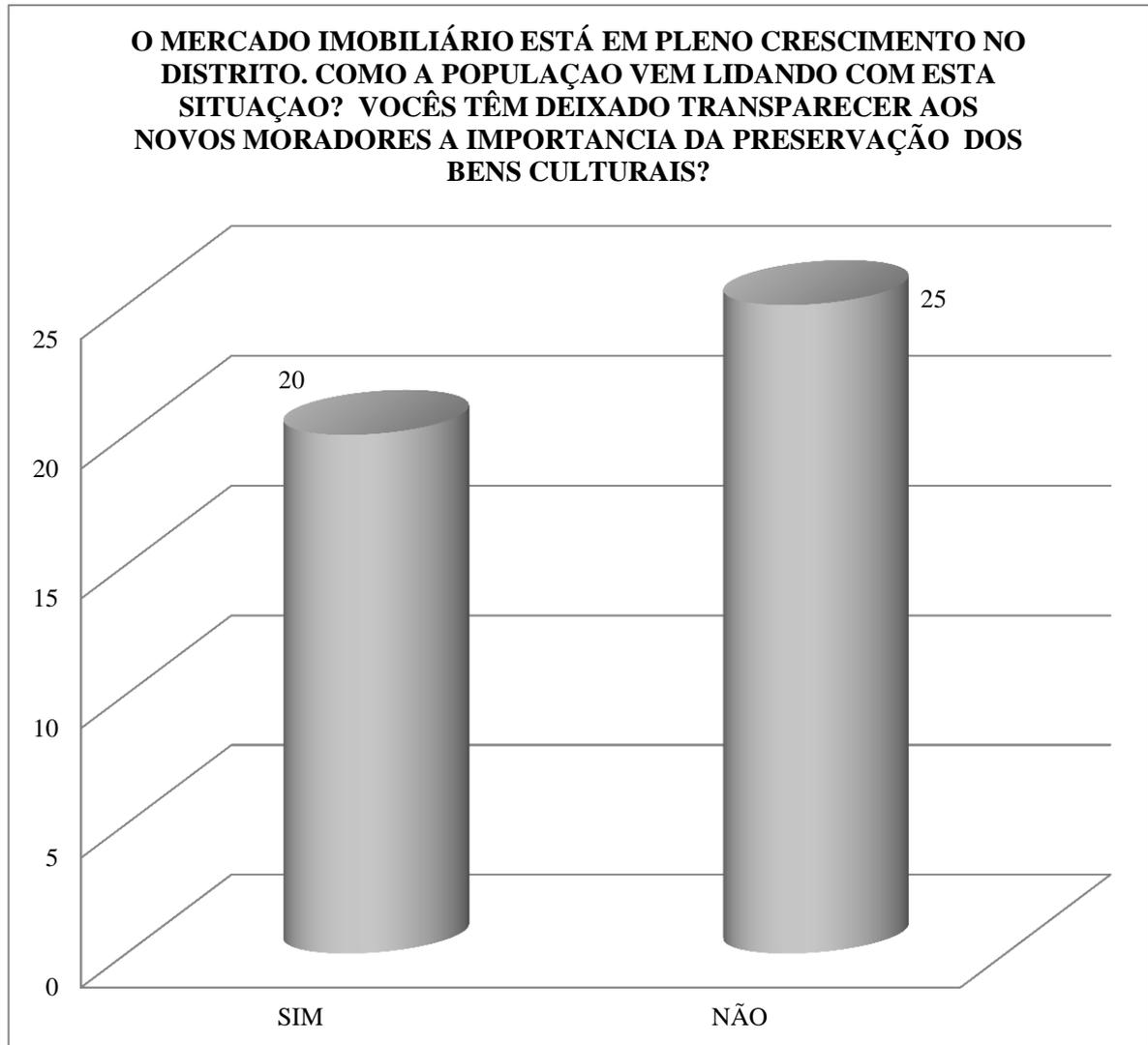


Gráfico 9

Neste caso (Gráfico 09) Alguns moradores alegaram que eles sempre alertam aos novos construtores, principalmente os novatos no distrito que se houver fiscalização eles terão problemas. A PMOP é atuante quanto a fiscalização das novas construções. Os fiscais param a obra e a multa é pesada.

A maioria, disseram NÃO ter o costume de dar opinião. Eles preferem não interferir.

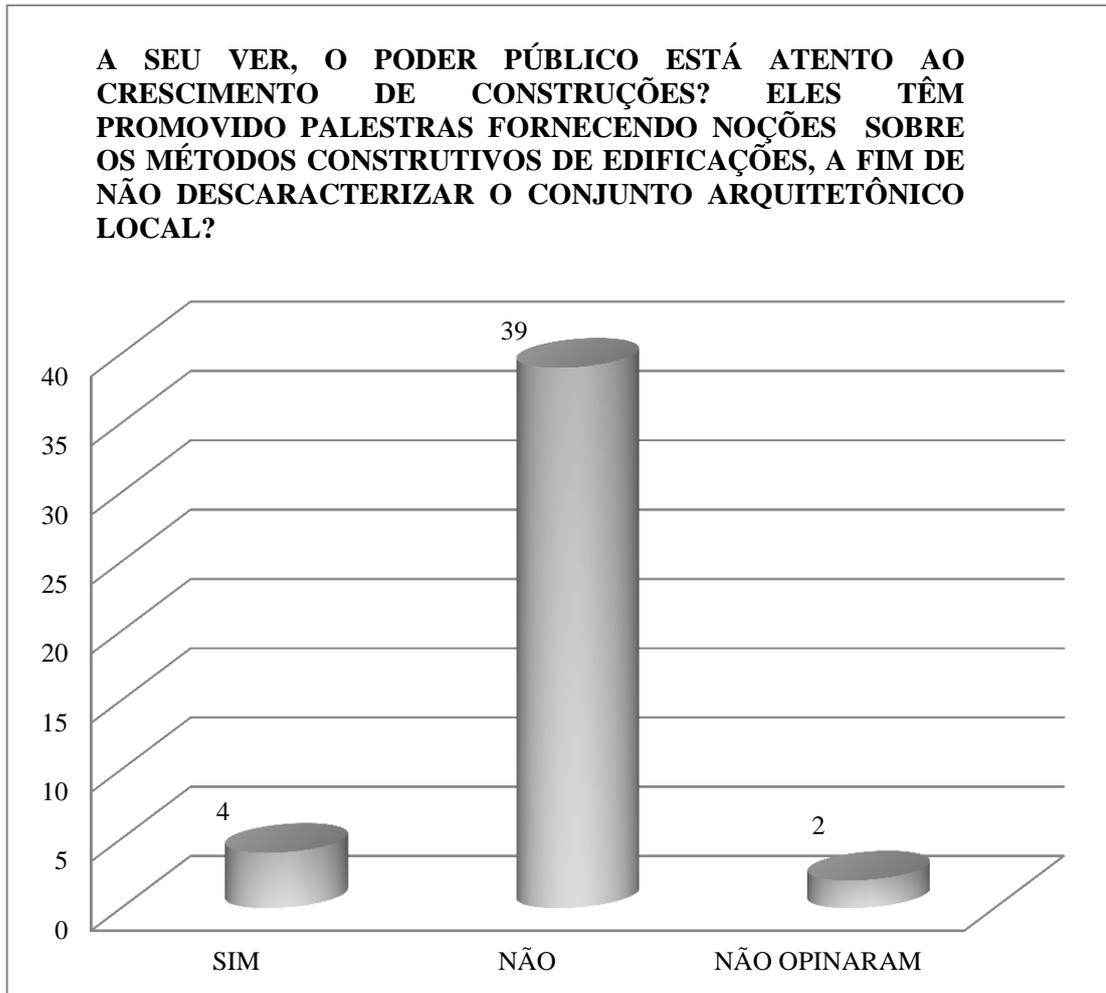


Gráfico 10

O resultado da questão 10 demonstra que a maioria afirma que não. Para eles os órgãos competentes só penalizam, mas deveriam fornecer informações e conscientização à população, bem como promover o desenvolvimento do distrito, como infraestrutura que o mesmo não possui, por exemplo: água.

Os que responderam afirmativamente fizeram comentários negativos sobre a presença dos órgãos competentes. Alegam que eles só aparecem para atender denúncias de construções, mesmo assim, não são todos os “visitados”, ou seja, alguns não são fiscalizados.

3.3 – Consequências do Tombamento Sob o Prisma do Questionário

A análise partira dos resultados obtidos na aplicação do questionário à população residente no perímetro considerado de tombamento. Apesar da maioria dos entrevistados acreditar que a população não é favorável ao tombamento, pode-se dizer que eles vêm mantendo a preservação de suas residências de forma empírica. Essas residências se encontram em bom estado de conservação, ou seja, em condições de uso e com evidências de manutenção recente, como pintura e pequenos reparos. Entretanto, é possível encontrar algumas exceções de edificações que necessitam passar por procedimentos de restauração, como se vê na figura 24.



Figura 24: Casa necessitando de restauração urgente. Foto: Maria Ângela F. S. Santos

Cerca de metade dos entrevistados apresentaram conhecimento sobre as demarcações do perímetro de tombamento do núcleo histórico de São Bartolomeu. Isto revela a necessidade de uma melhor conscientização da população por parte dos órgãos responsáveis pelo processo. O entendimento a respeito dos bens tombados e os critérios para a delimitação desse perímetro é fundamental para que a comunidade contribua para a salvaguarda do patrimônio.

Sobre presença da PMOP no distrito, o qual é responsável por levantar as condições físicas dos imóveis e fornecer apoio, a população demonstrou insatisfação. Isto faz com que o órgão adquira uma imagem negativa, pois foi alegado que os fiscalizadores estão presentes em casos de denúncia, mas não oferecem apoio quanto às questões de reformas e construções. Da mesma maneira, o IPHAN também apresenta uma imagem negativa para parte da população, visto que a Igreja Matriz de São Bartolomeu – tombada pelo órgão federal se encontra em mau estado de conservação. A população demonstrou sentir falta de orientações por parte dessa organização que é corresponsável pela proteção deste patrimônio.

A maioria dos entrevistados acredita que boa parte da população não tem consciência sobre a importância das tipologias arquitetônicas ali presentes. Esse ponto de vista também pode ser um fator negativo em relação à preservação.

O mercado imobiliário encontra-se em pleno crescimento no distrito. Alguns moradores se disseram atentos e alegaram que sempre alertam aos novos construtores sobre a rigidez da fiscalização. A PMOP é atuante em relação às novas construções e, em casos de irregularidades, pode ocorrer pausa nas obras e multas. Porém, a maioria dos entrevistados disse não ter o costume de interferir ou opinar nesses casos.

Foi perguntado sobre a atenção do poder público às novas construções e a promoção de palestras de instrução sobre as técnicas construtivas tradicionais do distrito. A maioria dos entrevistados afirma que não há esse tipo de observância e conscientização. Para eles, os órgãos competentes penalizam frequentemente, mas não fornecem informações importantes à população. Alguns alegaram inclusive a ineficiência da fiscalização, pois nem todas as denúncias são atendidas. Além disso, foi demonstrada a carência de novas obras de infraestrutura, como por exemplo o fornecimento de água, para a melhoria da qualidade de vida no local.

A maioria da população afirmou contribuir diretamente nos eventos culturais do distrito. Eles demonstraram gosto em trabalhar em grupo ou auxiliar na organização das festas, mesmo que de maneira indireta. Outros disseram não contribuir tanto porque os organizadores gostam de trabalhar sozinhos. As festividades religiosas são as mais apreciadas pelos moradores mais antigos, os quais fazem questão de participar e contribuir com as celebrações.

A Festa do Divino e São Bartolomeu, seguidas pelas festas da Goiabada e de Nossa Senhora das Mercês, continuam tendo o incentivo da comunidade. É possível notar a atenção quanto às mudanças na tradição, as quais se tornam um fator altamente criticado.

Alguns rituais são mantidos de maneira muito tradicional, como o cortejo do Rei e Rainha. Os foguetórios, apesar da manifestação contrária da igreja, continuam acontecendo. O Levantamento do Mastro é outra manifestação muito admirada e preservada durante as procissões que acontecem logo após as missas de sexta-feira e sábado. A banda de música continua sendo uma preciosidade para os moradores, pois muitos adoram as apresentações de rua, como a Alvorada, a qual consiste no desfile da banda por volta das cinco horas da manhã (nos últimos anos ela tem ocorrido mais tarde). Outros costumes como as celebrações ao ar livre, os almoços oferecidos aos visitantes e as festas pagãs (descaracterizadas ao longo do tempo) também são outros pontos altos da cultura de São Bartolomeu.



Figura 25 – Fundo das casas da Rua do Carmo
Fonte : Edgar Henrique (2017)



Figura 26 – Vista parcial do arraial – Foto Marcellini Rusty (2010)
<http://colunas.cbn.globoradio.globo.com/platb/cbnsaboresbh/2010>

4 - Considerações Finais

Foram encontradas dificuldades para tratar de alguns temas na comunidade de São Bartolomeu. Muitos não gostam de opinar sobre o patrimônio local, dizendo-se leigos no assunto. Há também uma constante demonstração de insatisfação quanto ao poder público e suas “promessas de auxílio” nas obras de restauração, apesar de que este órgão não tem a obrigatoriedade de manter financeiramente as restaurações de bens particulares.

Ao concluir este trabalho foi possível ter noção sobre o impacto ocorrido a partir da patrimonialização do distrito de São Bartolomeu. Pode-se dizer que esta foi uma atitude acertada, pois o distrito está em pleno crescimento social, econômico, e turístico. O ambiente é acolhedor e bem preservado, pois possui prédios exemplares do século XVIII e XIX e mantém a tradição festiva acessa em pleno século XXI. As iniciativas de tombamento pelos órgãos responsáveis, como o PMOP, são grandes contribuintes nesse processo.

O tombamento, por si só, não é o instrumento que tem o poder de consolidar a preservação do patrimônio material e imaterial. Contudo, há grande importância nessa medida para a preservação das tipologias arquitetônicas e da organização urbanística desta localidade. Entretanto, como grande parte da população se demonstrou à favor da preservação e possui a imagem de ser contra o tombamento, vê-se que há falta de conscientização sobre as implicações dessa medida. Ainda existem falhas na comunicação entre a comunidade, o IPHAN e o COMPATRI que podem ser corrigidas através de palestras, cursos, oficinas ou outros meios.

Já sobre as festas tradicionais, os moradores se demonstraram mais acessíveis. Eles se sentiram confortáveis em dar informações e opiniões.

A Festa do Divino Espírito Santo, já registrada, tem se mantido com as características tradicionais. Porém, a PMOP (órgão responsável pelo registro) apresenta preocupações sobre algumas tendências de modificação do festejo.

A Festa de Nossa Senhora das Mercês, inventariada, tem acontecido de forma simples e tem mantido a tradição. Já a produção de Doces Artesanais de São Bartolomeu, possui registro e obteve muitos ganhos a partir do Tombamento do Núcleo Histórico de São Bartolomeu. Segundo doceiro tradicional, a atual administração pública tem deixado a desejar, pois ela não está fornecendo o Selo de Patrimônio Imaterial de Ouro Preto. A ADAF (Associação dos Doceiros e Agricultores Familiares de São Bartolomeu) vem se desenvolvendo naturalmente.

A Igreja Matriz precisa com urgência de uma intervenção de restauro, visto que o projeto já foi aprovado e só se espera o início das obras. A Igreja de Nossa Senhora das Mercês, já descaracterizada pelo o tempo, apresenta estrutura preservada. No entanto necessita de restauração urgente de seu altar-mor. Os casarios aparentemente não vem sofrendo grandes intervenções, mas muitos entrevistados alegaram que elas estão sempre acontecendo.

Outro assunto que causa desconforto à população é a preservação da Floresta do Uaimii. A abordagem gera polêmica e discordância. O órgão IEF é o responsável em manter e preservar da mata, garantindo assim a existência das nascentes de água e o biossistema local.

Por fim, a realização deste trabalho demonstrou a grande importância dos instrumentos de proteção dos bens culturais materiais e imateriais, bem como os naturais. A patrimonialização dos bens culturais é uma tendência contemporânea. É tema de interesse de estudiosos, conservadores, historiadores e amantes da antiguidade. Está presente em vários trabalhos de campo e são de âmbito nacional e internacional. O patrimônio cultural retrata laços de pertencimento, reconhecimento de como viviam nossos antepassados. Portanto, é preciso que sua existência não seja negligenciada e que seja permitida às gerações futuras seu conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**, p.183, Belo Horizonte: EDUSP, Editora Itatiaia, 1982.

BESSA, Altamiro Sérgio Mol. **Preservação do Patrimônio Cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro**. Altamiro Sérgio Mol Bessa – Belo Horizonte: CREA-MG, 2004. 26P.:Il.color.;21 cm.

BOHRER, Alex Fernandes. In: Ouro Preto: **Um Novo Olhar**. São Paulo: Scortecci, 2011.

BOHRER, Alex Fernandes, **A Talha do Estilo Nacional Português em Minas Gerais: Contexto Sociocultural e Produção Artística**, 2 Vols.Tese de Doutorado apresentada na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Minas /gerais, 2015

BOITO, Camilo. **Os Restauradores**. 2. Ed. Cotia - SP: Ateliê Editorial, 2003

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia - SP: Ateliê Editorial, 2005.

CHOAY, François. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade : Ed. UNESP, 2001.

GHIRARDO, Diane Y Vonne, **Arquitetura Contemporânea: uma história Concisa**/ Diane Ghirardo; tradução Maria Beatriz de Medina. – São Paulo: Martins Fontes, 2002. –(Coleção)

GHIRARDO, Diane Y Vonne, **Arquitetura Contemporânea: uma história Concisa**/ Diane Ghirardo; tradução Maria Beatriz de Medina. – São Paulo: Martins Fontes, 2002. –(Coleção)

CLAUDINO , Creusa Aparecida - **O CONCEITO DE PATRIMÔNIO E PATRIMONIALIZAÇÃO DA CULTURA: Considerações sobre educação patrimonial no âmbito dos museus**. Profa. Ms. Creusa Aparecida CLAUDINO Membro do ICOM – Brasil. Educadora do Museu Histórico e Cultural de Jundiá
<http://201.55.32.167/retc/index.php/RETC/article/viewFile/160/pdf>

COLIN, Silvio - **Técnicas construtivas do período colonial – IV**
<https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-%E2%80%93-iv/>

LE DUC, Viollet. **Restauração**. Cotia - SP: Ateliê Editorial, 2000.

MIRANDA, Marcos Paulo Souza. **Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro**, Doutrina-Jurisprudência-Legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

POULOT, Dominique. **Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SANT'ANNA, Márcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Preservação).

SILVA, Kalina Vanderlei- **Dicionário de conceitos históricos** / Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009.

SIMÕES PIRES, Maria Coeli. **Da Proteção ao Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994

SIVIERO, Fernando, **Patrimônio Cultural: para reconhecer e valorizar;**
<<http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/fundamental-2/para-reconhecer-e-valorizar/>>
Acesso em: 30/07/2017

TOMAZ, P. C. **A preservação do Patrimônio Cultural e sua trajetória no Brasil**. Fênix (UFU. Online), v. 07, p. 02, 2010

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art. 216, § 1º. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf>
Acesso em: 25/07/2017

DOSSIÊ DE REGISTRO DA CELEBRAÇÃO DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM SÃO BARTOLOMEU – Processo de Registro das Celebrações do Divino Espírito Santo em São Bartolomeu – Ouro Preto, MG 221p. Disponível em
: <<https://drive.google.com/file/d/0B8coQ8ISTucCb2hFYXh3SFpSREk/view>>. Acesso em 20/07/2017.

Ficha de Inventário nº 23, Festa Nossa Senhora das Mercês, São Bartolomeu - OURO PRETO.
Disponível em: <<http://doczz.com.br/doc/303644/festa-de-n.-sra.-das-merc%C3%AAs>>, in 28/07/2017

FLORESTA ESTADUAL UAIMII, Associação Montanhas do Espinhaço Espinhaço, postado em 2 de junho de 2010

<https://sites.google.com/site/montanhasdoespinhaco/vida-ao-ar-livre/lugares/floeu>

FLORESTA ESTADUAL DO UAIMII – em 21/08/2017

http://www.descubraminas.com/Turismo/ParqueApresentacao.aspx?cod_destino=850

Goiabada de São Bartolomeu recebe o selo “Patrimônio Imaterial de Ouro Preto”

<https://viagensinesqueciveis.wordpress.com/2010/07/28/goiabada-de-sao-bartolomeu-recebe-o-selo-%e2%80%9cpatrimonio-imaterial-de-ouro-preto%e2%80%9d/28/07/2010>

O Patrimônio Natural do Brasil -

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf

Portal do IPHAN – **Inventário** – Conceito

<<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/64>> Acesso em 17/07/2017
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Invent%C3%A1rio%20pdf.pdf>

Portal do Patrimônio de Ouro Preto, Bens Tombados - **Núcleo Histórico De São Bartolomeu**. Site temporariamente em manutenção

RELATÓRIO TÉCNICO 59 - PERFIL DO FERRO-GUSA

http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1256652/P33_RT59_Perfil_do_Ferro-Gusa.pdf/ce33aa31-8e3b-4cd1-8723-87dc213f8c6b

UNESCO. Patrimônio Cultural Imaterial.

<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/>>
Acesso em: 30/07/2017

Sites utilizados:

<https://www.ecodebate.com.br/2017/05/29/denuncia-floresta-estadual-do-uaimii-e-parque-estadual-de-itacolomi-em-ouro-preto-mg-sofrem-depredacao/>

http://www.descubraminas.com/Turismo/ParqueApresentacao.aspx?cod_destino=850

<http://conservacao.mpambiental.org/wp-content/uploads/2015/03/Guia-ParquesEstaduaisdeMG.pdf>

<http://www.ief.mg.gov.br/parque-estadual/1411>
<http://www.ief.mg.gov.br/areas-protetidas/gestao/1695-plano-de-manejo-floresta-do-uaimii>

ANEXO

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO URBANO DE SÃO BARTOLOMEU
MARÇO / 2007



17. PARECER SOBRE O TOMBAMENTO ELABORADO POR CONSELHEIROS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O TOMBAMENTO DO CONJUNTO URBANO DE SÃO BARTOLOMEU – OURO PRETO –MG

I – Documentação constante do dossiê

O presente dossiê de tombamento do Conjunto Urbano de São Bartolomeu está apresentado em 3 partes, contendo cada uma delas a seguinte documentação:

1ª Parte – Apresentação e metodologia

- Breve Estudo Histórico
- Descrição e geografia
- Caracterização urbana e arquitetônica do distrito
- Justificativa de tombamento
- Delimitação do perímetro de tombamento
- Delimitação do perímetro de entorno da área tombada
- Diretrizes propostas para a área tombada e entorno
- Conclusão
- Arquivos consultados
- Bibliografia
- Equipe

A primeira parte contém 62 páginas entre textos, fotos e mapas.

2ª Parte - Anexos contendo o inventário distribuído em 12 (doze) Fichas de Logradouros e 30 (trinta) Fichas das edificações.

3ª Parte - Anexos contendo a complementação do inventário das edificações, apresentando 80 fichas.

II – Considerações sobre o tombamento

O instrumento do tombamento foi instituído pelo Decreto-lei 25/37, norma geral que organiza a proteção do patrimônio cultural no Brasil. Só se aplica a bens com valor cultural tendo como efeito não poderem ser demolidos, destruídos nem mutilados. A ambiência do bem tombado deve ser monitorada para que não sejam feitas intervenções que alterem a sua relação com seu entorno. Ao tomar, fica erigido no plano simbólico o reconhecimento social e histórico da comunidade que gerou a coisa. Esta, passa a integrar o conjunto de bens culturais que dão identidade a um lugar. A comunidade proprietária da coisa se sente incluída na sociedade. Tombar é um ato de cidadania e de inclusão social. A coisa tombada tem um valor de documento de nossa memória - entendendo documento como um fragmento material que comprova uma afirmação ou um fato – sendo, por esta razão, impedido de ser descaracterizado.

III – Porque tomar São Bartolomeu

O ato de tomar se configura como forma de seleção e deve ser conferido a bens que apresentem valor de exemplaridade. Através do dossiê em tela, pode-se identificar o mérito que justifica o tombamento do Conjunto Urbano de São Bartolomeu. Destacam-se as seguintes informações:

1. Foi a primeira sede da administração de Minas Gerais, anterior mesmo ao distrito sede de Ouro Preto (vide páginas 11, 12 e 46 do dossiê de tombamento);
2. No século XVIII foi ponto estratégico e de convergência por sua proximidade com Ouro Preto e sua localização no Vale do Rio das Velhas, via de acesso e comunicação

- entre as cidades de Minas Gerais no ciclo do ouro (vide página 11 do dossiê de tombamento);
3. Conjugou mineração com a produção de alimentos, fato raro neste período da história de Minas Gerais (vide página 11 do dossiê de tombamento);
 4. São Bartolomeu tem sua origem no período colonial - entendido como povoado com arruamento e características urbanas e não somente com a presença de fazendas e paragens (vide página 32 do dossiê de tombamento) - e encontra-se ainda conservada grande parte da sua malha urbana original e sem muitos acréscimos, existindo abundantes vestígios materiais de outros tempos (vide página 6 do dossiê de tombamento);
 5. Preserva ainda a tipologia arquitetônica e morfologia urbana típicas do século XVIII (vide páginas 32 e 33 do dossiê de tombamento). As casas são em geral térreas, cobertas com telhas de barro e têm quintal profundo;
 6. Existem ainda prédios construídos em pau-a-pique, documentos vivos de um sistema construtivo que não se faz mais e é raramente encontrado;
 7. Persistem no solo de São Bartolomeu tradições religiosas e profanas seculares, encontrando-se preservados vários pontos que podem ser classificados como lugares estratégicos da fé: cruzeiros e oratórios em esquinas ou casas até hoje existentes compõem o ambiente visual do ritual sagrado, impondo um imaginário católico a toda a população (vide páginas 21 e 22 do dossiê de tombamento) até mesmo para as comemorações profanas.

Por todas as razões apontadas acima, o Conjunto Urbano de São Bartolomeu, marco da cultura ouropretana, merece ser tombado para garantir a ação legal de preservação pela comunidade e órgãos municipais.

IV – Observações acerca do dossiê de tombamento do Conjunto Urbano de São Bartolomeu

A partir da leitura deste documento, algumas observações devem ser feitas para que o município de Ouro Preto possa se beneficiar não só cultural mas também financeiramente do tombamento do Conjunto Urbano de São Bartolomeu, utilizando-se da Lei Robin Hood, critério do patrimônio cultural.

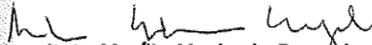
O dossiê de tombamento do Conjunto Urbano de São Bartolomeu deve ser completado para ser aceito pela metodologia do IEPHA/MG e ser pontuado pela Lei Robin Hood. Para tanto, adequá-lo à Deliberação Normativa do Conselho Curador do IEPHA/MG n.º 01/2005 revisada em outubro de 2005 (vide anexo).

Destaco ainda alguns aspectos que devem ser completados sob o ponto de vista técnico.

1. Falta toda a fase de tramitação legal dos procedimentos administrativos do tombamento. Merecem atenção os prazos estabelecidos em lei;
2. As justificativas dos perímetros de tombamento e de entorno devem ser melhor explicadas. A evolução urbana é uma referência importante na definição desta poligonal;
3. No descritivo do perímetro de tombamento há dois pontos que não integram a poligonal: os pontos P1 e P2;
4. O perímetro de entorno deve ser definido a partir de pontos reais identificáveis no território e não somente em mapa. Como informado – uma elipse com centro no ponto

- P1 – é difícil monitorar a área de entorno do Conjunto Urbano de São Bartolomeu. O ponto P1 não está definido;
5. As diretrizes de preservação do Conjunto Urbano de São Bartolomeu devem ser mais objetivas e afirmativas. Como apresentadas, permitem uma "verticalização" do conjunto (item 7.1.2), já que somente 18,9% das unidades arquitetônicas de São Bartolomeu (vide página 37 do dossiê de tombamento) apresentam dois pavimentos acima do nível da rua e apenas 1 prédio apresenta 3 pavimentos. Isto representa uma alteração profunda na paisagem urbana. Também não contempla aspectos tais como o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem, em particular:
- a) a forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento;
 - b) as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes;
 - c) a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior) tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;
 - d) as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem;
 - e) as diversas vocações da cidade adquiridas ao longo de sua história¹

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2006


Arquiteta Marília Machado Rangel

¹ Carta de Washington - Washington, 1986

APÊNDICE

IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais
 Curso Tecnologia Conservação e Restauro
 Aluna: Maria Ângela Fortes da Silva Santos

QUESTIONÁRIO

Há dez anos o Distrito de São Bartolomeu recebeu o título de: Núcleo Histórico de São Bartolomeu, tombado sob o Decreto nº 456 de 08 de fevereiro de 2007 e inscrito no Livro do Tombo dos Bens Históricos, Artísticos e Arquitetônicos, com o número de inscrição 09.

Portanto, este questionário visa verificar a opinião dos moradores de São Bartolomeu sobre os impactos ocorridos a partir do tombamento deste Núcleo Histórico.

1ª Parte: Perfil do Entrevistado

Sexo: Feminino masculino

Grau de instrução:

Primeiro Grau Ensino Médio Superior completo

Qual a sua faixa etária?

- Entre 18 a 35 anos
 de 36 a 55 anos
 de 56 a 70 anos
 mais de 70

Qual a sua relação com o Distrito de São Bartolomeu?

- É morador local
 É morador de “final de semana”

Qual a sua profissão?

_____ Não tenho sou aposentado sou estudante

2ª Parte: informações acerca da visão do entrevistado sobre patrimônio histórico, arquitetônico e cultural existente no meio e a relação da comunidade com o órgão oficial competente - PMOP?

- 1) Qual a sua opinião sobre a arquitetura existente no Núcleo Histórico de São Bartolomeu?
 Bem preservada mal preservada vem sendo modificada

- 2) O tombamento do Núcleo Histórico de São Bartolomeu teve uma boa aceitação por parte da população?
 sim
 não
 houve um certo receio quanto a fiscalização e cobranças por parte do IPHAN?

- 3) Você conhece a área delimitada como perímetro de tombamento do Núcleo Histórico de São Bartolomeu? Sim Não

- 4) A Prefeitura Municipal de Ouro Preto está sempre presente no distrito, levantando as condições físicas dos imóveis e fornecendo apoio?
 sim não

- 5) O IPHAN:
 fornece suporte técnico de conscientização e valorização do patrimônio local?
 ou cumpre apenas a função fiscalizadora?

- 6) A seu ver, todos os moradores possuem a consciência da importância da preservação do estilo arquitetônico aqui presente?
 sim não

- 7) As residências, ao longo dos anos, sofreram grandes alterações nas fachadas ou em seu interior?
 Somente no interior somente na fachada Na fachada e interior

8) O mercado imobiliário está em pleno crescimento no distrito. Como a população vem lidando com esta situação? Vocês têm deixado transparecer aos novos moradores a importância da preservação dos bens culturais?

() Sim () Não

9) A seu ver, o poder público está atento ao crescimento de construções? Eles têm promovido palestras fornecendo noções sobre os métodos construtivos de edificações, a fim de não descaracterizar o conjunto arquitetônico local?

() Sim () Não